



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Nicholas Martins de Oliveira

**A organização econômica da vida privada no Brasil do século XIX: A ordem
privada e a oikos brasileira**

Florianópolis
2023

Nicholas Martins de Oliveira

**A organização econômica da vida privada no Brasil do século XIX: A ordem
privada e a oikos brasileira**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em ciências econômicas

Orientador: Prof. Fábio Pádua dos Santos, Dr.

Florianópolis

2023

Oliveira , Nicholas

A organização econômica da vida privada no Brasil do século XIX : A Ordem Privada e a Oikos brasileira / Nicholas Oliveira ; orientadora, Fábio Santos, 2023. 82 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Economia Brasileira. 3. Vida Privada. 4. História Econômica . 5. Século XIX. I. Santos, Fábio . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Nicholas Martins de Oliveira

A Organização econômica da vida privada no Brasil do século XIX: A ordem privada e a oikos brasileira

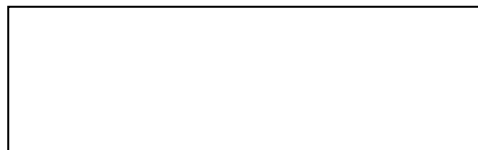
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências econômicas

Local Florianópolis, 20 de novembro de 2023.



Coordenação do Curso

Banca examinadora




Prof. Fábio Pádua dos Santos, Dr.

Orientador



Prof.(a) Marcos Alves Valente, Dr.(a)

Instituição UFSC



Prof.(a) Marcelo Arend, Dr.(a)

Instituição UFSC

Florianópolis, 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a minha família, vó, mãe, irmã e pai, por todas as condições possibilitadas para que neste momento pudesse chegar.

Agradeço também a todas as pessoas com as quais convivi nos últimos anos e que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, assim como de minha formação acadêmica, social e intelectual.

Agradeço ao meu orientador, a banca e a todos os meus amigos e colegas que estiveram ao meu redor nesta trajetória, especialmente aos que no último ano estiveram junto a mim na sala de monitoria, que sempre me recorda que todo conhecimento só possui sentido em si quando é transmitido para outras pessoas. Em virtude disso, agradeço também a todos os autores que contribuíram para minha formação, seja na área da economia e além, aos autores os quais concordo, aos quais discordo e aos quais ainda não sou capaz realizar tal julgamento.

A história é total, mesmo que o objeto de estudo seja extremamente delimitado no tempo e no espaço, pois não há acontecer humano isolado, ou seja, todo acontecer humano é ao mesmo tempo econômico, político, social, cultural e espacial.

(GOULARTI FILHO, 2002, 32p.)

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade examinar as relações econômicas da organização privada brasileira no século XIX, identificando também os fatores de construção e concentração da administração econômica, ao longo da colônia, nos núcleos domésticos. A vida econômica e a vida doméstica se misturavam e se confundiam em ambiente no qual o distanciamento do local de descanso e reprodução familiar era mínimo, ou inexistente, em relação ao local de produção e reprodução da vida econômica. A aproximação da vida privada e da vida econômica se dava nas condições do trabalho instalado no interior ou aos arredores das residências, seja este trabalho destinado a subsistência ou a fins de atender demandas mercantis. A mão de obra, majoritariamente escrava, impedia a proletarização pois se atrelava a residência. O trabalho escravizado era também legitimador, junto a posse de grandes propriedades, do poder patriarcal da ordem privada, pois concentrava na figura do senhor o controle sobre os demais membros dessa sociedade. Se verifica ainda no século XIX a concentração do poder político e econômico nas mãos desses senhores proprietários, de terras e escravos, como consequência da construção colonial. Soma-se também o desinteresse com o estabelecimento de unidade pública na construção do Império por parte do poder privado, interessado em manter seu controle local e regional. As mudanças ocorridas no século XIX também seriam responsáveis por reformular a posição desses agentes, e do próprio poder privado, nos entornos do período da abolição e surgimento da República. O entendimento da formação econômica e política brasileira no interior das forças privadas contribui para o identificar razões da forma de organização social estabelecida na formação do Brasil contemporâneo, sua forma de integração e principalmente a relação que se constrói historicamente entre o meio público e o meio privado.

Palavras-chave: Economia Brasileira; Vida Privada; História Econômica; Século XIX;

ABSTRACT

The purpose of this work is to examine the economic relations of private Brazilian organizations in the 19th century, also identifying the factors that contributed to the construction and concentration of economic administration within domestic centers during the colonial period. Economic life and domestic life were intertwined and often indistinguishable in an environment where the distance between the place of rest and family reproduction was minimal or non-existent compared to the location of production and economic life reproduction. The convergence of private life and economic life occurred in the conditions of labor established inside or near residences, whether this work was aimed at subsistence or meeting market demands. The labor force, predominantly enslaved, prevented proletarianization, as it was closely tied to the household. Slave labor also served to legitimize the patriarchal power of the private order, as it concentrated control over other members of society in the figure of the master, particularly for those who possessed large estates. In the 19th century, there was also a concentration of political and economic power in the hands of these land and slave-owning masters as a consequence of the colonial structure. Additionally, there was a lack of interest on the part of the private power in establishing a public unity in the construction of the Empire, as they were primarily interested in maintaining their local and regional control. The changes that took place in the 19th century would also reshape the position of these agents and of the private power itself in the lead-up to the abolition period and the emergence of the Republic. Understanding the economic and political formation of Brazil within the context of private forces contributes to identifying the reasons behind the established social organization in contemporary Brazil, its mode of integration, and, most importantly, the historically constructed relationship between the public sphere and the private sphere.

Keywords: Brazilian economy; Private Life; Economic history; 19th century.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O Caderno de assentos do coronel Costa Aguiar: Escritura doméstica do final do século XVIII e início do século XIX	24
Figura 2 – Roca: instrumento do mundo do trabalho doméstico	27
Figura 3 - Processo de Migração ao meio Urbano no século XVIII	45
Figura 4 - Planta do Engenho Noruega. (Cícero Dias, Engenho Noruega, 1933)	50
Figura 5 - Anuncio do aluguel de amas de leite cativas aos senhores urbanos	64
Figura 6 – Coabitação dos cativos e criados domésticos.....	65

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	TEMA E PROBLEMA.....	11
1.2	OBJETIVOS.....	13
1.2.1	Objetivo Geral	13
1.2.2	Objetivos Específicos	13
1.3	JUSTIFICATIVA.....	14
1.4	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	15
1.5	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
1.5.1	Oikos	16
1.5.2	Vida Privada	16
1.5.3	Ordem Privada	17
2	A ORGANIZAÇÃO ECONOMICA DA VIDA PRIVADA	19
2.1	VIDA PRIVADA OITOCENTISTA.....	19
2.2	SUA COMPOSIÇÃO.....	20
2.2.1	O Privado e o Trabalho	25
2.2.2	As origens do poder privado	30
2.3	A OPOSIÇÃO DO PUBLICO E DO PRIVADO.....	40
2.4	A FAMILIA E A OIKOS.....	46
2.4.1	A família de função econômica	46
2.4.2	A Organização doméstica	49
2.4.3	A Formação da Oikos Brasileira	53
2.5	OS AGENTES DO NÚCLEO DOMÉSTICO.....	56
2.5.1	O Patriarca	56
2.5.2	A Mulher	59
2.5.3	Os Escravos	62
3	ROMPIMENTO DA ORDEM PRIVADA E O DESLOCAMENTO DO PODER PRIVADO	69
4	CONCLUSÃO	76
	REFERÊNCIAS	79

1 INTRODUÇÃO

A presente seção apresenta aparato inicial para a temática da organização econômica da vida privada brasileira, conduzindo da problemática para os objetivos da pesquisa e, através destes, expor sua relevância, inserindo o leitor no tema abordado. Apresenta-se um esboço inicial dos conceitos que serão tratados e desenvolvidos no corpo do texto, assim como descreve-se o estilo de pesquisa realizada.

1.1 TEMA E PROBLEMA

O estudo das condições materiais no processo de formação histórica brasileira perpassa o estudo da construção de suas estruturas organizacionais determinantes ao desenvolvimento social e econômico. A primeira grande leva de estudos fornecidos, de formulação crítica, por autores mesmo divergentes em sua análise, recaiu com frequência em buscar compreender a formação do país através da sua afirmação como nação, sendo o século XIX o alvo direto dessa observação. Tal situação pode ser averiguada na obra *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr. (1971b [1942]), assim como na tese de mestrado de Freyre (2008[1922]).

A clássica historiografia econômica brasileira por muito enfatizou a atividade do setor exportador, delegando menos atenção aos efeitos causados, e ao que se construirá, internamente no país em formação. Tal enfoque resultou por relegar a um plano secundário o estudo das relações estabelecidas entre os agentes das organizações econômicas estabelecidos internamente. Mesmo se tratando dos núcleos responsáveis pela produção dos principais bens exportados, como a cana ou café, não se fornecerá a mesma atenção para entender a dinâmica no interior da produção como para os efeitos na relação com o externo.

Prado Jr. (1971b [1942]) atribui baixa relevância, em termos gerais, para o mercado de subsistência, em virtude da diferença de escala para com a produção massiva que visava atender o mercado de exportação. O mesmo Prado Jr. (2021 [1966]), aponta que o consumo no país estava condicionado em relação ao que se destinava para a exportação. Assim se buscava entender a razão da inferioridade comercial com o que aqui é produzido, mas pouco de entender a organização econômica e social dos agentes produtores.

A falta de observações mais profundas do que se estabelecia no íntimo dessa economia desviara os olhos da construção de uma organização econômica desenvolvida com suas características únicas, que mesclavam o ambiente produtivo com o ambiente doméstico em uma sociedade de produção capitalista com estruturas de trabalho não capitalistas. Mesclava o

fator econômico com as relações sociais, familiares e a vida privada dos indivíduos não poderia estar afastada até o final do século XIX das estruturas produtivas.

Atividades econômicas realizadas em espaço compartilhado com os ambientes domésticos se devia em decorrência da falta de divisões claras entre ambientes de trabalho e ambiente da vida privada. Na história da formação brasileira, da colônia até meados do Império, entrelaça o ambiente de produção e o vinculado às atividades do âmbito privado. Como aponta Holanda (2014[1936]), os domínios rurais na colônia incorporaram um caráter familiar advindo do direito romano clássico, as estruturas econômicas eram também familiares, os engenhos possuíam complemento educacional e religioso. No contexto dos grandes engenhos, característico do comércio exportador, sua estrutura de senzalas, moradas para feitores, mestres, hóspedes e a casa do próprio senhor e sua família, estavam pensadas previamente ao se decidir iniciar o empreendimento (ANTONIL, 2022[1711]).

A existência de tal vínculo, do cotidiano privado com o do sistema produtivo, de pequeno ou grande porte, que sendo pouco desenvolvido na historiografia econômica é o portanto o foco deste presente trabalho. Uma caracterização da estrutura presente no país, não é focada em analisar a organização familiar e as atividades dos que as compõem. Visando construir uma análise econômica a partir do núcleo das famílias e da influência da ordem privada. Como se estruturam, assim como buscar fatores que possibilitaram que essa mescla de privada e produtiva tenha sido produzida.

A formação da economia brasileira conectada ao sistema de trocas globais, através principalmente da exportação de bens primários fora já bastante explorada, no entanto, de um ponto de vista econômico, pouco fora sua estrutura interna e os indivíduos e famílias que o configuraram. O território brasileiro, descoberto em um período de transição para a modernidade, herdando características de um Portugal divergentes da formação medieval europeia (DUARTE, 1966), teria em sua formação colonial o ajuntamento de características arcaicas de produção dividindo mesmo espaço com primeira grande indústria capitalista, o engenho açucareiro (TORRES, 2018[1965]). Além disso, não passaria por transformações industriais com impacto ainda no século XIX, preservando múltiplas características coloniais ao longo de quase todo século.

A busca está na configuração que possibilita a combinação dessas características de um capitalismo exportador com uma administração econômica que orbitava o ambiente familiar, centrada na figura patriarcal, como denomina Gilberto Freyre (2006[1933]). Uma análise da economia brasileira através dos seus núcleos domésticos, e expor que sua construção durante o período colonial faz recair no século XIX em sua configuração final.

Ao romper dessa estrutura, já na entrada ao século XX, o distanciamento social e a mobilidade social do escravizado, em relação ao senhor branco, estaria, diferente do que Freyre pontuava, resultando no preconceito naturalizado e na dificuldade de ascensão social do negro já subalterno. Em uma sociedade que não possuía bases no direito de competição de mercado, mas no sistema de patronagem, a elite permanecia influente no direito de ascensão. O paternalismo, propagado na colônia, ainda seria fundamental ao final do Império para a mobilidade social no sistema seguinte (COSTA, 1999).

Em síntese, o que se procura primariamente responder, através da colocação do ambiente doméstico como objeto de análise do estudo da economia brasileira, é: Como se organizava o ambiente privado brasileiro em conjunto com a produção econômica, quais seus fundamentos e influências ao longo da construção do país ao chegar no século XIX?

1.2 OBJETIVOS

A presente seção trata de indicar o direcionamento dos objetivos da pesquisa, enfoques que serão realizados.

1.2.1 Objetivo Geral

Esse trabalho orienta-se em buscar expor, como elemento central, as relações econômicas da vida privada brasileira no século XIX, entendendo que a característica da organização vinculada ao poder do meio doméstico fora central para a formação econômica brasileira, determinante para construção social, política e econômica. A Oikonomia, a economia doméstica, advinda já da análise do pensamento grego em Aristóteles e Xenofonte, é elemento fundamental, pois adere na colônia portuguesa as características que Polanyi (2012[1968]) delimitou para uma economia doméstica verdadeiramente sustentável, sendo a base da extensão atingidas pelas fazendas e engenhos, possibilitando o poder econômico e político de famílias e dos grandes senhores. Como consequência desse poder econômico concentrado, se desenvolvia no Brasil o que Duarte (1966) chama de uma família de função econômica, a qual tem nela toda a ordem social.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar a composição da casa brasileira no século XIX, assim como sua formação na colônia portuguesa, em relação a proximidade da vida privada e do ambiente de trabalho.

- b) Buscar entender a construção da organização econômica da vida privada brasileira, suas origens e característica herdadas, além da sua relação com o ambiente público.
- c) Compreender a dinâmica da família de função econômica, seus principais componentes e suas características determinantes para a estruturação da “oikos” brasileira
- d) Esboçar o rompimento e transformação da ordem privada ao final do século XIX.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este trabalho tem por objetivo buscar atingir uma temática escassa na bibliografia da historiografia econômica brasileira, como já mencionado, entender a contribuição da organização econômica vinculada aos grupos domésticos na formação do Brasil, que se encontram dispersas em demais áreas das ciências sociais. Outro fator está no entendimento que no período analisado não se possuía ainda clara a divisão do mundo público para com o privado, a formação política ainda era deformada pelos interesses do poder privado, mesmo com tentativas de estabelecimento de uma ordem pública frente a ordem privada já solidificada através de três séculos colônias. O poder estava concentrado nos grandes senhores rurais, escravistas e dotados de poder político. O controle do ambiente de trabalho e do ambiente doméstico era também um só, não havia separação do ambiente de trabalho para o ambiente doméstico, como já se verificava na Europa através das instituições fabris, pois o local de trabalho era também o local de descanso.

A escolha do período de foco central se dá por estar contido nele a síntese da colônia, a estrutura já delimitada do que se construiu ao longo dos três séculos e também por ser “o século que marca etapa decisiva de nossa evolução” nas palavras de Prado Jr (1971b [1942]). Século que marca a transição do antigo modelo socioeconômico para a tentativa de adentrar na modernidade econômica. Permitindo assim tratar da estrutura dessa ordem econômica e social privada já em seus plenos contornos, assim como transitar para suas características formadoras e abordar seus últimos momentos junto ao seu rompimento. Trata-se então do vínculo entre a atividade produtiva e a organização privada no Brasil de forma mais ampla possível.

Tal pesquisa contribui também para o aprofundamento da dinâmica econômica no interior do país, de entender os seus indivíduos construtores e suas contradições, como se dava a atuação das mulheres na produção e no desenvolvimento das atividades econômicas no

lar, qual era o papel do escravo doméstico e sua contribuição para a formação econômica do país.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Com os objetivos agora já delimitados, a pesquisa buscará apresentar e contextualizar o entendimento da economia doméstica dentro do contexto brasileiro, assim como explicar as relações da ordem da vida privada com o meio econômico.

O resgate da oikonomia, como elemento de estudo que precede o estudo da economia como riqueza da nação, se faz para a combinação da análise do doméstico com a atividade econômica pois entende-se, assim como Prado Jr. (1971b [1942]), que toda sociedade organizada se funda em dois instintos primários, que transparecem nas características do trabalho e na família. Tais elementos que andavam em conjunto no Brasil no período analisado

Para tal busca-se a realização de um estudo exploratório, visando fornecer maior familiaridade com o tema da organização privada no estudo economia brasileira, explicando os fatores que os caracterizam e definindo também os conceitos utilizados para que não se perca de vista o que se busca analisar, como necessário a uma pesquisa histórica (BARROS, 2016). Realiza-se, portanto, uma pesquisa bibliográfica obtendo informações principalmente em obras de demais áreas das ciências sociais, enfatizando o caráter qualitativo da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013), visando obter informações de fontes sobre a vida econômica privada no Brasil da colônia ao século XIX e utilizando-se de uma perspectiva de análise referente às sociedades pré-industriais, resgatada por Polanyi (2012[1968]) e o entendimento da relação entre a organização doméstica e a estrutura econômica do país.

1.5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Através da assimilação das informações referentes à organização da vida privada obtidas pelas obras de estudos históricos, antropológicos, sociológicos e propriamente de história econômica, em conjunto com teorias de análise econômica, se propõe construir e caracterizar as atividades econômicas da vida privada no Brasil.

Previamente a longa exposição, é devido uma breve apresentação dos principais conceitos que contribuíram para a formulação deste presente trabalho, introduzir as temáticas expostas e os autores centrais para essa análise, divididos em três categorias fundamentais: Os conceitos de Oikos e de ordem privada e a ideia de vida privada.

1.5.1 Oikos

Termo de origem grega que significa propriedade, sua composição com a “nomia”, que significa organização ou administração, resulta na palavra Oikonomia, que traduzida amplamente seria a Administração da casa. A oikos, no entanto, não envolve apenas o espaço físico, mas em conjunto com os que nele habitam e as atividades que realizam neste espaço (LEÃO, 2011).

Aristóteles (2021, *Pol.1253b*), define que a propriedade é parte da família, assim como a arte da aquisição é parte da economia doméstica, se tratando de uma arte para que se possa viver e viver bem.

Há de se perguntar porque a utilização de tal conceito na análise da vida no Brasil da colônia ao século XIX, isso se deve em dois níveis. Primeiro, em virtude da busca de entendimento referente à relação entre o espaço privado, a oikos, com a organização econômica e o espaço público. Segundo, advém da análise de Polanyi (2012[1968]), que observa que para sustentabilidade da economia doméstica, precisa ser ela dotada de espaço físico suficientemente grande, capaz de comportar uma pequena sociedade, internamente ou em seus arredores, sendo dotada de função econômica e política.

Inicialmente nos engenhos açucareiros se a oikos se verifica. Em Prado Jr. (1971b [1942]) e em Ribeiro (2015[1995]) a Casa-Grande do engenho é descrita como parte fundamental do mesmo, como já trazido também em Antonil (2022[1711]), toda a estrutura familiar e produtiva era pensada em conjunto. Não se pensava em estar longe do seu ambiente de trabalho.

O engenho, tendo surgido para atender a necessidade de fazer do solo brasileiro um local produtivo, não existia sem que a combinação em uma união indissolúvel do controle do ambiente privado, compondo a oikonomia brasileira. Havia, portanto, um enraizamento da produção material na vida dos seus habitantes (SANTOS, 2019), o social era indissociável do econômico, o primeiro tinha sua origem dada ao segundo ou em direção oposta, com o social se enraizando no econômico.

1.5.2 Vida Privada

Seguindo para a apresentação do que se pretende tratar como vida privada no Brasil. Fernando Novais (2018[1997]) descreve a vida privada como elemento que conceitualmente opõe-se à ideia de vida pública, vinculada ao Estado moderno, na qual se pode traçar uma linha entre as duas apenas na consolidação do Estado Moderno, que se posiciona

precisamente no século XIX. No Brasil os contornos da privacidade foram delimitados em seu período colonial, gestados na colônia e ganham forma plena na vida do Brasil Império.

É a partir desta descrição de Novais que se tem por base a divisão proposta neste trabalho e seu foco central no século XIX, mas que exige que perpassa o entendimento dos contornos coloniais.

A economia doméstica brasileira trata-se, portanto, das atividades administrativas do lar e atividades econômicas de produção e consumo realizadas no ambiente da vida privada, constituídas por seus núcleos familiares e delimitadas pela separação com a vida pública. Busca-se entender os efeitos produzidos pela produção ao mercado interno e externo na organização doméstica, também do que era exclusivamente produzido ao ambiente do interior das moradas, para a sustentação das comunidades brasileiras.

É nessa vida privada que se verifica os laços familiares e o poder patriarcal que permanecem no Brasil oitocentista, o modelo de organização familiar que Freyre (2004[1936]) trata em Sobrados e Mucambos. Comparativamente ao que se passava a vincular na Europa segundo Polanyi (2012[1968]), onde os laços familiares, imposições legais, obrigações religiosas e a vassalagem já não mais exerciam o fundamento para que os indivíduos participem da vida econômica, diferente do caso brasileiro onde permaneciam fundamentais, visto uma organização social escravista, patriarcal e atrelada aos laços de vassalagem.

1.5.3 Ordem Privada

Da ideia de Ordem Privada se conduz a relevância da privacidade no Brasil para o ambiente econômico e político. Segundo Duarte (1966), o privatismo compunha uma característica da sociedade portuguesa previamente à chegada ao território brasileiro, um povo particularista, um homem que pertence mais ao universo privado em contraposição ao universo público, e que, no Brasil, tal característica poderia preservar sua índole por mais tempo, afastada das transformações europeias.

O Privatismo representa, como diz Campante (2008), um peso excessivo na esfera privada da vida, que se traduz em uma valorização unilateral da propriedade em detrimento dos valores de solidariedade e justiça social, característicos da esfera pública. Na obra de Vianna (1952[1922]) o privatismo se apresenta no seu caráter civil, presente na afirmação das elites frente ao povo. A sociedade dominada por latifúndios isolados produzia um “senhoriato” sem atuação pública e com uma massa escravizada e oprimida. Na obra de

Freyre (2006[1933]) o privatismo é descrito em caráter patriarcal, no modelo de povoamento e colonização, apoiado nas forças das grandes famílias latifundiárias, que não encontram limites na ordem social para estabelecer e perpetuar seu domínio.

Para Duarte (1966) o privatismo parte da dicotomia entre o privado e o público, afirmando que a falta do corte dos laços com grupos intermediários ao indivíduo e a sociedade, ou seja, a família e a igreja, produzia um povo fragmentado, que construíram um Estado mais privado que público. Conclui Campante (2008) que o privatismo em Duarte, Freyre e Vianna é o centro efetivo da organização social colonial e após a independência é estimulado em decorrência do vínculo de interesses estabelecidos entre as grandes famílias proprietárias.

De modo conciso, o privatismo se apresenta na história e historiografia brasileira, como resume Torres (2020[1965]), na concentração do poder econômico, social e político no grupo parental atrelado ao patriarcalismo dos grandes proprietários e suas famílias.

Entendimento de que a família é um grupo hostil ao político, de que nada nega mais o Estado que a Família e assim esta constituiria um outro poder já está em Aristóteles (2021). Essa Ordem privada é representada na potestade doméstica, que o português se fez da família e seu espírito está mais próximo dela como índole social.

A família patriarcal brasileira seria, portanto, o mais alto nível dessa configuração, reminiscência da antiga família dos tempos romanos e desenvolvedora da família de função econômica (DUARTE, 1966), na qual tem no seu líder patriarcal o controle até mesmo da administração pública, como se verifica a administração municipal da colônia ao século XIX na obra de Prado Jr (1971a [1933]).

Na formação do Império se verifica nos problemas enfrentados pelo ministro do Império, Bonifácio de Andrada e Silva (2000[182?]), a tentativa de submeter o poder privado ao poder público. Os senhores construíram, ao longo da colônia, força que extrapola as possibilidades de confronto da coroa para com eles, por vezes não havia o respeito de imposições. O império era, como sociedade, resultado da colônia na qual a organização privada, com a família como centro econômico e político, permanecia viva (DUARTE, 1966).

2 A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DA VIDA PRIVADA

Visando apresentar uma descrição de como estavam estabelecidas as relações entre o ambiente privado brasileiro e as atividades produtivas no século XIX, destinadas para a reprodução do doméstico e as destinadas para fins mercantis, devemos primeiramente estabelecer o que se entende por “Vida Privada”. Posteriormente seguiremos para o ambiente privado brasileiro, organizador do ambiente produtivo. Observar as características basilares da organização econômica de ordem privada e apontar razões de sua formação. Por último, como os agentes privados se portavam nesse tipo de organização, administrando as necessidades econômicas domésticas em conjunto com as voltadas para os fins mercantis ou de subsistência.

2.1 VIDA PRIVADA OITOCENTISTA

De forma conceitual a definição de uma “vida privada” só é possível através de uma alteridade¹, pois exige que se estabeleça em conjunto a definição de “vida pública”. Conceitualmente, portanto, a vida privada existe através de uma oposição à vida pública. A observação desses dois ambientes distintos ocorre de forma clara somente a partir do século XIX, como escreve Duby (2009[1985]), porém inicialmente é apenas visível em algumas regiões da Europa, com a formação do Estado moderno. Dessa forma abordamos precisamente o período em que está posto o início conceitual de vida privada, entretanto é necessário tratar da segunda colocação de Duby, que a separação entre a vida privada e a pública se apresenta inicialmente em determinadas regiões europeias.

O Brasil oitocentista estava ainda em seus passos iniciais para a construção e consolidação de um Estado, assim é possível inferir que não haveria como definir que nesta parte do mundo a “vida privada” existiria em seu sentido estrito. No entanto, ao objetivar o período do século XIX permite que tratemos precisamente do nascimento dessa vida privada, conceitualmente definida, e de como suas origens estão atreladas ao universo econômico, produtivo e comercial.

Se os limites do privado e do público ainda eram incipientes, os contornos da privacidade propriamente dita, como discorre Novais (2018 [1997]), já estavam assentados por uma longa gestação dos três séculos coloniais, que então eclodem no século XIX durante o Império e passam a expandir seus contornos pelo universo do cotidiano brasileiro.

¹ Ser outro que coloca ou constitui-se com o outro. Segundo Hegel, a Alteridade acompanha todo o desenvolvimento dialético da ideia, porque tem como inerente o seu negativo (ABBAGNANO, 2012).

Ao tratarmos da vida privada no caso brasileiro no século XIX não podemos nos restringir ao sentido estrito da vida privada. Devemos expandir, da mesma forma que Novais (2018[1997]) e Duby (2009[1985]) em suas pesquisas, a vida privada para seu contorno além do universo da intimidade e do simples cotidiano². Pois este cotidiano estabelecia uma combinação do universo econômico e privado através de, como chamou Duarte (1966), uma ordem privada, que tratava de destruir ou deformar qualquer outra ordem que buscasse se estabelecer, incluindo as tentativas de formação de uma ordem pública.

2.2 SUA COMPOSIÇÃO

Passemos agora para um processo de definir os componentes que permeiam nossa pesquisa. Os ambientes, indivíduos e instituições que serão objetos de nossa descrição do mundo de organização econômica privada são primariamente a casa, os senhores, mulheres, escravos e a instituição familiar. Sendo necessário afirmar que seria impossível contemplar inicialmente todas as possíveis combinações estruturais estabelecidas por todo o território no século XIX em núcleos específicos. Dessa forma, as características que serão enfatizadas são as existentes nos setores, que no espaço e no tempo analisados, contribuíram para a configuração atual (NOVAIS, 2018[1997]).

Gilberto Freyre (2006[1933]) (2004[1936]) em sua obra já fornecia subsídios para a formação da ordem econômica privada brasileira. O autor apontava na formação do patriarcado brasileiro, já na colônia, a representação no chefe de família, um determinante da organização econômica no Brasil. Na figura das mulheres, iniciada ao final da colônia e principalmente no período imperial, a tarefa de coordenar organizar o meio privado e realizar o comando dos escravizados para a execução das atividades no lar. Sendo o escravizado a figura principal da execução das tarefas em todo o período.

Mattoso (2019), ao realizar sua pesquisa referente a província da Bahia no século XIX, caracteriza o mundo de trabalho nesta província como sendo mal avaliado em relação ao trabalho escravizado e igualmente sobre o mundo dos economicamente poderosos. O autor aponta que os Engenhos baianos eram comumente dirigidos pelas donas de casa, responsáveis pela administração dos trabalhos e do dia a dia de toda uma equipe de múltiplas tarefas. Essas

² A intimidade trata-se de um resumo ao individualismo, uma retirada para os espaços e vivências pessoais, enquanto o cotidiano está no ser resumir-se ao seu comportamento para com o mundo familiar, as atividades da casa, nos quartos e leitos. A privacidade aqui trata-se do obtido através do movimento histórico, não apenas o enclausuramento doméstico, mas a que trava relações com o ambiente público (DUBY, 2009[1985]).

observações poderiam ser igualmente expandidas às demais províncias do Império, realizando as devidas alterações de acordo com os meios e o bem produzido, sempre primário.

Da cozinheira aos pedreiros, das amas dos meninos aos pintores, passando aos carregadores, fiandeiras, costureiras, lavadeiras, as passadeiras e mesmo os barbeiros, todas essas atividades eram dirigidas no interior das moradas. Tais atividades coordenadas no seio doméstico eram fundamentais e foram base para que pudessem ser estabelecidas as condições da produção de caráter mercantil (MATTOSO, 2019). Caracterizava-se uma organização econômica que dava suporte no seio doméstico, retirando a necessidade de afastamento do local da produção, agilizando o processo e seu volume, estando ao sistema mercantil subordinada.

Este é, em síntese, o retrato da família oitocentista. Um corpo familiar que desempenha não somente a função procriadora, mas ela em conjunto com uma função econômica, como diria Duarte (1966), essa função econômica representa o grupo que detém função de produtor em suas bases. A **família de função econômica** possui, além da função procriadora, a função de um grupo produtor e é dotada de um mando. A família de função econômica é toda uma ordem social diferente da família conjugal moderna, que passa a existir no Brasil após a proletarização da mão de obra e que possui a função procriadora e não possuindo como central uma função econômica, pois seu caráter econômico, obtenção de recursos, se encontra desvinculado do seio familiar, privado, mas nas atividades proletárias que se localizam afastadas.

O foco do laço doméstico está em uma cooperação econômica e social, na qual os escravizados são termos da comunhão doméstica. A família de função econômica existe sim para se perpetuar, mas também, e principalmente, para sua função política e econômica (DUARTE, 1966).³

Além do elemento humano que formava a organização econômica da vida privada, é necessário que a mesma estabelecesse estruturas propícias para que acumulasse e fizessem se correlacionar as atividades domésticas e atividades produtivas voltadas para com as necessidades do mercado exportador. A casa brasileira não era somente moradia, mas elemento característico de nossa cultura.

Se observarmos características além do econômico e do descanso, o interior da casa era também o local no qual os patriarcas precisavam se responsabilizar pela educação de seus filhos em idades iniciais. Comum desde a colônia era a contratação de mestres particulares

³ Características da família de função econômica, assim como sua diferenciação para com a conjugal moderna serão retomadas em seção posterior, quando serão mais amplamente exploradas.

para o ensino das crianças, que por muitas das vezes acabavam educando até mesmo filhos de escravas, um efeito colateral da proximidade existentes das mulheres escravizadas no meio doméstico que eram designadas como amas dos filhos do patriarca. Essas escravas estabeleciam uma certa proximidade e caso também fosse mãe, o que era o mais comum, trazia seu filho para junto do filho do senhor. (VILLALTA, 2018).

Fator que contribuía para este cenário, de concentrar no ambiente doméstico múltiplas atividades além do lazer e descanso, era a falta de estradas conectando as fazendas aos centros. Estradas essas que só passariam a aparecer com expressão após a metade do século XIX. A falta delas até este período resultava em impedimento ao deslocamento das crianças para instituições escolares ou similares, assim como dificultavam e produziam um desincentivo para realização de atividades que se localizassem longe das proximidades domésticas e que exigissem um retorno subsequente. Com o baixo interesse existente na educação dos filhos, em enviá-los já na infância para estudos na Europa, a educação em casa era a alternativa mais viável e menos custosa. (FREYRE, 2006[1933]).

Voltando-nos a atenção para as moradas característica da formação social e econômica brasileira, temos primeiramente a Casa-Grande como elemento central da vida patriarcal, já bem estabelecida na colônia e permanecendo presente em certas localidades no Império, como anteriormente mencionado na província da Bahia. No período colonial tudo estava a ela, a Casa-Grande, de alguma maneira conectado, era ela um dos componentes fundamentais do engenho, como descreve Prado Jr. (1971 [1942]), e compunha nas fazendas, junto a moenda, casa de purgar, Senzalas e demais instalações acessórias o ambiente produtivo colonial.

Prado Jr. (1971[1942]) posiciona essa Casa-Grande como um elemento que participa de uma instituição maior, a do engenho, movedor da produção econômica, no entanto, na virada do século XVIII para o XIX a residência do senhor se desloca do campo aos Sobrados na cidade, representando, no lugar Casa-Grande, o espaço de decisão econômica, o espaço responsável pelo comando dos engenhos mesmo deles estando afastados fisicamente. Os Sobrados eram ambientes, que assim como as Casas-Grandes, estavam relacionados ao meio econômico, porém de uma forma diferente, não possuíam o mesmo volume que seu antecessor em hegemonia social.

Os sobrados foram, junto aos Mucambos, elemento de abertura para população passar a habitar protótipos de cidades no século XIX, simbolizando a transição da influência patriarcal do campo para a cidade, assim como seu poder econômico (FREYRE, 2004[1936]).

Os ambientes das Casas-Grandes e Sobrados foram os mais característicos e influentes ambientes domésticos vinculados às atividades produtivas na colônia e Império, no entanto, as

demais estruturas domiciliares, as casas comuns no século XIX, também possuíam a característica de combinação do cotidiano com o econômico. Como descreve Priore (2016b), as casas brasileiras no século XIX possuíam, além de mobílias e ornamentos pessoais, máquinas e instrumentos variados conforme as atividades realizadas por seus moradores.

Nas cidades do século XIX essa relação se expressava em diversos ofícios. Os donos de oficinas não as separavam de sua vida privada, geralmente estavam localizadas em cômodos no térreo das construções. As casas dos comerciantes eram também locais de depósitos das mercadorias dos mesmos. Nem mesmo o rentista escapava dessa mescla, pois acolhia seus empregados no interior de sua moradia. O profissional liberal dividia sua privacidade com seus ajudantes, vivendo em comunhão com sua família, uma possível herança dos mestre-artesão e seus discípulos no medievo europeu. (PRIORE, 2016b)

A casa, ao ser ambiente no qual habitam não somente indivíduos do núcleo de uma família conjugal, pois contemplava os escravizados, ajudantes e empregados fixos, era também utilizada como símbolo de uma demonstração do poder econômico no período imperial. Buscava-se organizar e manter os ambientes de forma a estarem em harmonia para com a posição social. Variando as características e a forma que incorporava a característica econômica conforme as faixas sociais (PRIORE, 2016b).

A administração da casa obteve no século XIX um item que se proliferou no país. Os chamados “livros de assentos”, cadernos nos quais os chefes de família buscavam realizar anotações da administração doméstica, dos casamentos, nascimentos, batizados e falecimento. Tais registros passaram a ser fundamentais para o entendimento da propagação da vida no Império, pois tinham o propósito de dispor as informações que precariamente eram recolhidas pelos registros públicos, assim sendo até a Proclamação da República. Os cadernos foram também os objetos de registro das preocupações cotidianas do ambiente rural e até mesmo utilizados por barões do Império, anotando os eventos da história doméstica e suas relações comerciais (MELO, 2019). Tais cadernos demonstram a fragilidade existente no controle e administração pública brasileira no período, que deixava nas mãos dos patriarcas os registros civis no povo.

Figura 1 - O Caderno de assentos do coronel Costa Aguiar: Escritura doméstica do final do século XVIII e início do século XIX



Fonte: Caderno de Notas “Império: a corte e a modernidade nacional” ALENCASTRO (2019)

As casas além de possuírem em seu interior os componentes necessários para a produção dos bens, eram também ambientes no qual comumente o comércio se realizava. O comerciante habitualmente se deslocava às residências, carregando encomendas em virtude de pedidos ou mesmo buscando vender suas mercadorias. As lojas tinham como estratégia o envio de vendedores aos sobrados, portando itens de higiene ou de vestimentas pela facilidade do transporte. Outros vendedores que também apareciam as portas, traziam consigo verduras, ovos, carnes e demais itens que restringiam a necessidade de deslocamentos aos mercados locais (FREYRE, 2009[1923]).

Essa atividade fora responsável pelo surgimento da figura característica do *mascate*, que iniciaram, ainda na colônia, a rotina semanal de ida às portas dos senhores ou se deslocavam por convites, principalmente das senhoras administradoras das casas. A atividade era amplamente lucrativa aos que conseguiram ignorar preconceitos existentes sobre as atividades do comerciante, visto que, ao início do século XIX, chegavam a dobrar o preço pelo qual obtinha a mercadoria. Bens mais rebuscados, vindos da Europa eram revendidos com lucros comuns de até 100%. Joias polidas e trabalhadas eram responsáveis por lucros até mesmo maiores. (FREYRE, 2004[1936]).

O ambiente doméstico convivia dessa forma com múltiplas expressões da atividade econômica. Uma delas se verificava nas atividades voltadas para própria subsistência familiar e de seus afiliados, outra decorria de seus excedentes produtivos, geralmente não planejados advindos da primeira e que poderiam ser destinados ao comércio local. Recebia também em seus domínios a possibilidade de adquirir bens de consumo e outras necessidades ou desejos através de um comércio móvel. Por último, mas também a de maior proporção, era a atividade motivada por razões de atender as necessidades de bens de consumo básicos do mercado mundial. A casa era detentora da mão de obra, dos escravizados aos livres sobre a observação dos patrões, senhores e senhoras. Nas mesmas poderiam estar dispostos maquinário ou os estoques e insumos, quando não nas casas em si, nas estruturas que a circulava ou estavam a ela submetidas.

Partindo desta observação inicial podemos agora averiguar as características específicas desse sistema, descrevendo as interações que mesclam o privado ao produtivo e então seguir para a tentativa de entender as origens históricas da autoridade do mundo privado brasileiro.

2.2.1 O Privado e o Trabalho

A caracterização do trabalho no Brasil Império, que se inicia a partir da análise do período colonial, perpassa o problema de como defini-la historicamente nos sistemas produtivos mundiais. A produção econômica no Brasil pode ser observada como uma das primeiras expressões de um espírito capitalista a nível global, vinda da cultura da cana de açúcar e se espalhando aos demais produtos rurais. Advindo da necessidade de produção em grande escala, com senhores de engenho sendo paralelos aos capitães de indústria. Tinha, entretanto, em conjunto nesse mesmo sistema elementos contrários, simbolizados na figura do escravizado e no ambiente rural, características divergentes do padrão característico capitalista (TORRES, 2020[1965]).

Novais (2018[1997]) pontua que, ao nos defrontamos com a produção de caráter predominantemente mercantil, afastamo-nos da ideia de “economia natural” do feudalismo, mas ainda não atingimos o nível de uma economia capitalista, dado que sua mão de obra central não estava ainda mercantilizada, não possuía como guia para essa força de trabalho o regime salarial, pois o escravizado era a mão de obra central.

Wallerstein (1990[1974]), ao abordar a expressão da economia-mundo europeia na formação do século XVI, observa a coexistência de diferentes regimes de trabalho em uma economia-mundo já capitalista. Enquanto o trabalho livre crescia no centro europeu, em

paralelo a utilização do trabalho escravo se firmava na periferia, as Américas. Aponta que o regime de trabalho e controle empregado era determinado de acordo com o que melhor se ajusta no tipo de produção particular do capitalista, podendo variar do livre ao servil ou escravista. Dessa forma, a razão da escravatura nas américas advinha do baixo custo da oferta de “carne humana” e da proximidade de obtenção e transporte da mesma. O trabalho coercitivo nas Américas, conectadas inicialmente as donatárias no caso da América portuguesa, e destinados à produção mercantil, não deixavam de ser, desse modo, capitalista.

No caso brasileiro ou da América portuguesa, se pensarmos nos pequenos produtores podemos observar pequenos produtores que utilizam de mão de obra livre, a sua própria, sem escravizados ou servos. Entretanto, eram sujeitos a necessidade de utilizar dos grandes maquinários dos senhores das Casas-Grandes para poder tratar sua produção (TORRES, 2020[1965]). Característico do Brasil era a força de trabalho escrava como base da produção e a fins de atender as demandas mercantis externas. Os senhores podiam expandir suas próprias atividades conforme fosse disponível a obtenção de mais força de trabalho. Dessa forma eram capazes de perpetuar o domínio deste sistema. O comércio dos escravizados sustentava tal estrutura. Os demais pequenos produtores permanecem sujeitos às estruturas dos grandes produtores.

A ideia de que havia no Brasil se solidificado um modelo em desacordo com a evolução produtiva nos demais países era observável por comentários no século XIX. “O sistema de nossos trabalhos [é] ainda quase geralmente muito rotineiro e atrasado”, observava um antigo barão do açúcar, que desejava realizar mudanças na condução do estilo de produção realizada no Brasil no período em que o mercado do açúcar internacionalmente passava por um período de crise e o mesmo não se reinventava. (MELLO, 2019).

Os responsáveis pela fabricação do açúcar nas fazendas e nos campos, seja no cultivo ou no processo de limpeza das canas dos senhores e barões oitocentistas, todos estes residem ou na propriedade dos senhores ou eram então lavradores livres, no entanto sujeitos ao moer que havia nos engenhos. Artistas e artesãos que buscavam a prestar eventuais serviços para os senhores e barões, assim como os responsáveis por reparo de máquinas e carros de boi, ferreiros, pedreiros e mesmo jornaleiros, estavam fora da propriedade do senhor, mas sua atividade econômica era substancialmente dependente das demandas dos senhores, que eram os realmente capazes de contratar seus serviços. (MELLO, 2019)

A relação do trabalho vinculada ao grupo familiar, com sustento dos escravizados como mão de obra não fixa e a sujeição de pequenos grupos domésticos de baixo poder econômico eram basilares na estrutura produtiva ao início do século XIX. A migração das

estruturas das Casas-Grandes para os Sobrados poderia alterar o tipo de atividade, mas não alterou o vínculo doméstico que possuíam.

A atividade básica, realizada nas residências, voltadas para atender a subsistência doméstica no século XIX começava pela necessidade de fornecer vestimenta aos seus trabalhadores. O processo de fiação de algodão, do momento de sua tecelagem até a fabricação de roupas para homens, mulheres e as vestes dos serviçais, era trabalho delegado ao ambiente doméstico. Os escravizados eram os principais responsáveis pelo serviço, estando sob a supervisão e condução das senhoras da casa. Esse grupo de escravizados junto às suas senhoras também acumulavam as atividades do coser, da fabricação de sabão e óleos (PRIORE, 2016b). O processo de fiação e tecelagem era de finalidade para o próprio consumo doméstico e além disto, o nível técnico utilizado para a produção era ainda bastante primitivo, utilizando-se das próprias fibras que existiam e eram extraídas no país (ALGRANTI, 2018).

Figura 2 – Roca: instrumento do mundo do trabalho doméstico



Fonte: Caderno de Notas “Império: a corte e a modernidade nacional” ALENCASTRO (2019)

Ao se observar os registros das casas no estado do Recife no período do Império, para além dos materiais utilizados nas construções, destacam-se as características que possuíam para que se conectassem ao comércio. As casas possuíam no andar térreo comumente lojas ou alojamentos para os homens e mulheres escravizados, enquanto nos andares superiores se encontravam os escritórios ou armazéns conforme a atividade realizada (PRIORE, 2016b).

Já no território que hoje compreende o estado do Mato Grosso, a chamada indústria doméstica, que aparecerá com o fim da febre do ouro no início do século XIX, possuía em um só pavimento uma estrutura que misturava em mesmo ambiente uma sala, a varanda, a cozinha e a loja dos proprietários (PRIORE, 2016b).

No ambiente doméstico, ao tratarmos do espaço da cozinha não se trata apenas da produção de alimento com o objetivo de consumo final. A produção passava também pela fabricação dos utensílios que seriam utilizados na cozinha para o preparo das refeições do senhor, família, escravos e visitantes (ALGRANTI, 2019).

O ambiente doméstico era também local de refúgio da imprevisibilidade do exterior, em meados do XIX, mais precisamente na década de 1840, o ambiente epidemiológico produzia um afastamento da busca por ambientes hospitalares e sua precariedade. Os grupos mais afetados eram os recém-nascidos e suas genitoras. As “aparadeiras” ou parteira eram responsáveis por evitar o pior, geralmente pretas velhas que se deslocavam às casas para realizar seu trabalho (ALENCASTRO, 2019).

Fora das residências não era comum o encontro de estabelecimentos dedicados à alimentação. Padarias não se encontravam com facilidade, o fazer do tradicional “pão de trigo” se dava muito mais comumente nos ambientes privados. Essas “padarias domésticas” que eram também responsáveis pela fabricação dos derivados de mandiocas e de inúmeros quitutes pelas mãos das senhoras e suas escravas domésticas (FREYRE, 2004[1936]).

No território paulista e no Vale do Paraíba as grandes propriedades escravistas possuíam a característica de forte proximidade das Casas-grandes, já no período imperial, para com as Senzalas, estas localizando-se logo atrás da primeira, contornadas por um grande “pátio” ou mais tradicionalmente um terreiro de café (SLENES, 2019). Mesmo no século XIX não se deixava afastar sua mão de obra da residência produtiva.

Com relação ao trabalho realizados no exterior das casas, nas plantações, não exigia conhecimentos especializados, mesmo a fabricação do açúcar propriamente dito. Em contraposição, o trabalho executado no interior das residências era destinado aos escravizados que possuíam competências técnicas especializadas. Os homens e mulheres escravizados eram administrados análogamente a atividade de uma empresa, com os senhores realizando transferências de postos de trabalho da produção. A metodologia dos senhores era de tempos em tempos subir e descer os escravizados de postos de trabalho, criando uma mobilidade artificial no padrão de vida dos escravizados. Esse sistema, que imperou fortemente na província da Bahia oitocentista, produzia esperanças de reais mudanças de vida, visando as

cartas de alforrias. Essa esperança, entretanto, se tornava somente miragem na maior parte das situações (MATTOSO, 2019).

A questão da mão de obra foi importante desde a introdução das lavouras coloniais, mas seu uso não era limitado ao trabalho no campo. A utilização dos gentios da terra se inicia para habituar os colonos nos trópicos através da realização dos serviços da casa. A introdução da escravidão negra tornou a mão de obra tão numerosa conforme a renda e necessidade dos senhores para suprir as necessidades do trabalho manual (ALGRANTI, 2018). Com o fim do tráfico legal de escravos em 1850 os senhores passaram a necessitar de novas fontes de mão de obra, encontradas no imigrante pobre europeu.

A estratégia adotada após a abolição do tráfico fora dar preferência para a contratação de famílias inteiras ao invés de trabalhadores individuais, a razão apontada fora de estabelecer melhor a organização da produção, como diz Slenes (2019), a alocação dos membros da família nas atividades já realizadas pelos escravizados homens, mulheres e crianças. Essa organização supria todas as necessidades de uma única vez. A contratação de famílias criava também um assentamento desses trabalhadores em uma região, retirando possíveis interesses de sua realocação dentro do país, devido ao deslocamento de famílias e crianças serem mais custosos e difíceis de manejar.

Na década de 1850 os hábitos alimentares das famílias passaram a ser afetados pela vinda dos imigrantes, devido a penetração de produtos alimentares europeus, americanos e platinos que passavam a disputar interesse com o feijão e as farinhas de mandioca e milho. O pão começa a ser substituído por broas de milho. A situação do estrangeiro não deixou de ser na sua vida privada complicada, sendo eles apenas consignatários da casa matriz, não possuíam uma propriedade em seu nome. No caso dos estrangeiros comerciantes, seus bens importados para venda poderiam na sua morte ser embargados. (ALENCASTRO; RENAUX, 2019).

As fazendas mais esplendidas financeiramente após a abolição da escravidão eram ainda as que possuíam casas de arquitetura precária em relação a habitação dos trabalhadores, mas que, seus colonos eram ainda relativamente bem remunerados. Esse cenário passou a se modificar na aproximação do século XX. A concorrência no mercado de trabalho levou os empregadores a abandonar o modelo de senzalas e passar a construir moradias novas, variadas em qualidade, mas com melhoras nos alojamentos (SLENES, 2019). Dessa forma, mesmo no período de transição ao trabalho assalariado, com a utilização de mão de obra dos imigrantes, os empregadores ainda mantiveram por determinado período a motivação de cercar-se pelos

seus empregados em suas propriedades, ao reformar as velhas senzalas ou permanecê-las estruturalmente iguais, mas elevando suas remunerações como compensação.

O controle por residentes nas culturas nos campos brasileiros era majoritário no Império, embora as firmas estrangeiras possuíssem o controle dos contratos internacionais do comércio e mesmo o financiamento de atividades por capital externo, a instalação das culturas eram realizadas por capital local, assim como toda a estrutura administrativa e alocação dos recursos cabia aos comandantes locais (PRADO Jr. 2021[1968]). A administração interna não se deixava penetrar, era um aviso fornecido aos comerciantes estrangeiros, que recebiam das matrizes ordens para que não casassem filhos com brasileira, para evitar confiscos, pois os senhores buscavam o fortalecimento de suas propriedades, essa situação mudaria consideravelmente ao final do século, mas também mudariam suas condições (ALENCASTRO; RENAUX, 2019).

Mesmo ao fim do domínio privado conectado a escravidão, o coeficiente de pessoas que estavam vinculadas a atividades de serviço doméstico passava por um aumento ao final do século XIX, do ano 1872 até 1900 o percentual da população que se vinculava a esse serviço crescera, só vindo a cair em 1920. Essa redução no início do século XX ainda pode ser atribuída a uma mudança de entendimento da posição de “dona de casa” como trabalho, o qual era considerado até o censo de 1900. O trabalho correspondente à força pública no mesmo período sofreu modificação inversa, crescendo menos em 1900 do que em relação a 1872. Profissionais liberais passaram de um crescimento semelhante ao da atividade pública, ambos com um aumento considerável ao final do império e crescendo com menos vigor no início da república (TORRES, 2020[1965]).

Se inicia no final do Império um processo de rompimento do patriarcalismo rural, mas a dicotomia do fazendeiro, usineiro com seus trabalhadores permanece, mesmo tratando do trabalhador não escravizado. Em virtude de que, permanece nas mãos dos proprietários de terras e suas famílias o controle sobre a capacidade produtiva que visa atender o mercado externo de bens primários, assim como o controle substancial de recursos e atividades para a manutenção produtiva da subsistência e de serviços de necessidades básicas. O trabalhador ainda permanece ligado à propriedade de seu agora empregador (TORRES, 2020[1965]).

2.2.2 As origens do poder privado

Tendo já observado a proximidade existente entre o meio privado com a atividade econômica e social no Brasil, seguimos a uma investigação de suas origens. Não apenas das famílias, mas também de seus trabalhadores subalternos, sejam os trabalhadores escravizados

ou mesmo trabalhadores livres, que possuíam suas vidas condicionadas nas redondezas da propriedade de seu patrão ou mesmo conviviam internamente em seus aposentos para obterem seu sustento.

Como coloca Polanyi (2012[1968]), devemos nos focar em descrever quais os elementos determinantes para que uma sociedade tenha adquirido seus contornos, o que possibilitou a configuração que atingia, não somente no que ela resultou, mas em suas causas de origem.

Nosso interesse está na busca de elementos que constituíram a organização econômica no centro da vida privada ainda no período colonial e que, mesmo após o nascimento do Estado brasileiro com formado no Império, ainda permaneceram exercendo influência e autoridade sobre meio público.

Darcy Ribeiro (2015[1995]) afirma que os sistemas econômico e político geraram um mesmo tipo de estratificação e ordenação cívica, isto no século XIX. O patronato⁴ era responsável pela tarefa de coordenação das atividades produtivas, enquanto o patriciado era o responsável pelo papel de ordenador da vida social e assim unidos foram preservadores de uma unidade nacional. Não há, entretanto, precisão referente o que seria essa unidade nacional.

Para Abreu (2009[1907]), quando observava o resultado dos três séculos de colonização, não identificava na composição brasileira do século XIX uma estrutura social organizada, o autor pontua que mesmo a “vida social não existia, porque não havia sociedade; questões públicas tão pouco interessavam e mesmo não se conheciam: quando muito sabem se há paz ou guerra. É mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional”.

Mesmo a organização política no Império era confusa, apesar da presença de uma figura de autoridade máxima como o Imperador, e aqui já tratando-se de D. Pedro II, os partidos políticos não possuíam uma configuração que fizesse jus ao nome os quais eram chamados, mas eram mais próximas de facções que não possuíam qualquer programa ou objetivo definido (PRIORE, 2016b). Até mesmo Ribeiro (2015[1995]) reconhece que como contraparte, do que chama, de uma tarefa unificadora, a ordenação da sociedade nacional enfrentou em todos os seus pontos de formação uma sujeição para com os interesses das oligarquias no qual mesmo o poder central era incapaz de enfrentá-las, ficando “sempre claudico (manco)”. Adiciona também, que as esferas do poder estatal e a do poder privado estavam em constante sobreposição uma para com a outra e que ambas atendiam

⁴ O Patronato se refere aos que controlam, como proprietários, empresas e propriedades. Enquanto o Patriciado se refere aos que exercem domínio sobre o poder público.

fundamentalmente aos objetivos de condicionar a escravidão e o monopólio da terra como princípios ordenadores.

Assim é necessário retrocedermos brevemente o período de nosso estudo para buscar as origens dessa constituição social e política. Para isso podemos resgatar uma herança portuguesa, geminada no período colonial e que teria atingido no Brasil sua completa expressão.

Duarte (1966) ao buscar entender a organização política nacional retorna para a um entendimento do que fora a característica portuguesa herdada no Brasil, que fundamentou uma ordem privada no país. O autor destaca que o poder político em Portugal em nenhum momento se totalizou em um absolutismo como em demais países europeus e nem se integrou em um único bloco devido a força exercida, como limite, pelo poder comunal em contraponto. A organização oficial portuguesa era ainda, destaca o autor, mais administrativa do que propriamente política, com enfoque mais comum para a vida civil do que para a vida pública, visto que haviam poucas funções de atuação na política interna. Desse modo eram baixos os incentivos em fornecer treinamento de indivíduos para que possuíssem foco na vida pública.

Continua Duarte (1966), que seria no Brasil onde Portugal preservaria sua índole civil, possivelmente não por intenção, mas pelas condições materiais oferecidas. O Estado português, apesar da força de expansão ultramarina que atingiu no século XV, era deficitário em mão de obra para empregar em uma exploração incerta na costa brasileira, a qual não encontrava imediatamente recursos suficientemente proveitosos de extração que justificasse largo investimento numa exploração de início. É de destaque que o projeto de colonização só se inicia por pressão de perda dos territórios para outros países europeus, além de que a própria chegada só ocorreu por interesses de financiamento italiano em sustentar a exploração portuguesa para contornar as dificuldades produzidas pelo controle otomano da antiga rota marinha que conectava a Europa com o Oriente e a compra de especiarias (FURTADO, 1976[1959]).

Calmon (2002[1935]) descreve que a administração portuguesa se limitou a uma tarefa de regular a colonização, deixando nas mãos da espontaneidade da iniciativa particular, suprindo assim as limitações e deficiências do Estado português. Segundo Prado Jr (2021[1968]), para os Estados europeus era tão somente o comércio que despertava interesse na apropriação do solo do americano. O território inicial da colônia portuguesa servia tão somente como uma escala para as frotas atingirem sua demanda pelos bens na Índia no início do século XVI, no entanto, com o nascimento de objetivos mercantis mais estruturados, a ocupação não poderia ser feita somente com simples feitorias.

Nas colocações de Freyre (2006[1933]) a colonização do Brasil fez com que a forma de domínio exercida pelos europeus nas regiões tropicais não fosse mais somente característica de exploração comercial através das feitorias ou de uma pura extração de minérios e assim se iniciava um processo de criação de uma riqueza local.

A visão que prevalecia no meio europeu no decorrer colonial a respeito desse “novo mundo” era de que não passava de um prolongamento das velhas metrópoles, só sendo distinguido do velho devido a sua recentidade. Assim diz Novais (2018[1997]), adicionando também que a articulação para a exploração das colônias no processo de formação do capitalismo resultava em uma colônia que possuía como caráter essencialmente a função comercial, que se voltava para o mundo de fora mas que compunha um mecanismo de estímulo à acumulação primitiva de capital mercantil autônomo para o centro do sistema.

Nas análises de Braudel (2009[1979]), as fazendas seriam como “criações capitalistas por excelência”, mas que eram compatíveis com a produção não capitalista e, como já pontuado na visão de Torres (2020[1965]), o trabalho e a vida rural que existiam junto ao “espírito capitalista de produção” eram completamente diversos da sociedade capitalista.

Com a motivação de posicionar indivíduos no território descoberto, devido a validação frente aos demais países europeus de que o território seria de posse portuguesa. O Estado português desejava um mundo que a colônia viveria sem ele, com o objetivo de povoar sem que houvesse ônus, além de encontrar formas de obter ganhos e lucros pela extração de recursos naturais e agrícolas conforme as condições postas. O Estado português entregava nas mãos dos agentes privados a possibilidade de moldar uma nova sociedade à sua maneira, produzindo vantajoso cenário para o domínio da organização privada, ao estimular uma posse e mando de um exagerado privatismo (DUARTE, 1966).

Com a economia agrária de Portugal entrando em decadência, o país passava a se tornar uma grande casa de negócios. Legado para a colônia foi a formação social de dois tipos de famílias, nos termos de Freyre (2006[1933]), a família de característica feudal e a família comunitária, as quais espelhavam os interesses de cunho agrário e mercantil. Portugal passava a focar em um processo de explorar e transportar riquezas, cabendo então aos seus territórios conquistados o ato de produzir.

O privatismo da sociedade portuguesa, desligada do interesse na atividade pública, trazia para a América portuguesa uma condição de fortalecimento da organização familiar, como a única ordem íntegra que a sociedade portuguesa conheceu. Em um período em que o comércio internacional passava a sofrer profundas modificações, se produz em Portugal uma empolgação para com o meio mercantil mundial, devido o ciclo da madeira tintorial no

próprio século XVI e posteriormente o açúcar se estendendo aos séculos XVII e XVIII (DUARTE, 1966).

A exploração do açúcar fazia com que não fosse a própria produção que passava por um processo de adaptação às necessidades da sociedade colonial portuguesa preexistente, mas que essa sociedade passasse a ser organizada em função da finalidade do açúcar, para atender um consumo estranho ao país e a coletividade nele instalada (Prado Jr., 2021 [1968]).

No entanto, não seria possível executar uma produção em larga escala a fins de atender necessidades continentais sem uma devida organização. A colônia era, do que pode ser classificado sociedade, o resultado de um corpo social de organização privada, na qual a família era a célula matriz em torno da qual se fixava toda a sociedade, política e econômica. Era da família que, na figura do seu líder, estava localizado o elemento necessário para organização em um meio disperso de uma população irregular (DUARTE, 1966). Se construía, na colônia, uma base economicamente sólida, criada ao redor de uma unidade produtiva simples, mas que germinou a criação de um clã, da grande família patriarcal brasileira (PRADO JR. 1971b).

Uma expressão da concentração e poder dos patriarcas e da unidade familiar era de que sequer a igreja, maior força que se deparava a ordem privada, tinha caráter próprio fora dela. Engana-se o pensar que a igreja no Brasil possuía influência soberana. Muitos passavam anos sem ver um sacerdote e muito menos frequentar templos. Essa carência resultou em um crescimento da vida religiosa privada e, como consequência da falta dos párocos, em um espaço maior para desvios heterodoxos da religião (MOTT, 2018). Não se tratando apenas da expressão religiosa no meio privado, mas da incorporação do mundo religioso que existia em outras partes fora do ambiente doméstico.

O modelo das Casas Grandes produziu subordinação das capelas para com a casa senhorial, o capelão brasileiro seria melhor definido por “capelão doméstico” (DUARTE, 1966). No século XVIII Antonil (2022 [1711]) descrevia quais eram as atividades realizadas pelo capelão nos engenhos. Como diz o Autor, cabia ao capelão o ensino de tudo que pertence à vida cristã, a obrigação de realizar a missa na capela do engenho aos domingos e dias santos, além de benzer o engenho no dia de botar a cana para moer, pedindo bons rendimentos. O próprio Antonil alertava que o capelão deveria se desfazer do costume de morar dentro da casa do senhor do engenho, pois não deveria passar a imagem de criado. Avisos estes que não foram impeditivos, somente ao final da colônia essa proximidade se perdia, mas era ainda observável, como mostra Mott (2018), na serra Geral e Diamantina em

meia centena de imóveis rurais e urbanos, oito imóveis ainda possuíam capelas domésticas embutidas no copo da residência.

A relação do ambiente privado com a igreja serve para ilustrar que mesmo a única força capaz de preencher o espaço entre a família e o Estado na Colônia, como diz Duarte (1966), fora ainda por um longo período subordinada à ordem privada. Maior influência tinha a igreja sobre os indígenas do que sobre os considerados cidadãos da colônia. A religião na colônia no meio familiar fora maior no lado feminino, que encontrava na igreja fuga de sua condição de inferioridade frente às decisões despóticas dos pais e maridos (DUARTE, 1966).

O colono, instalado devido às condições fornecidas pela coroa portuguesa, no decorrer do período colonial, iniciava um processo de reunir na sua figura a riqueza, poder e autoridade, transfigurando-se em um aristocrata nos trópicos, atingindo a magnitude de um grande proprietário capaz de influir sobre as decisões econômicas e sociais no Império. Passou a considerar que possui o orgulho, a tradição e até mesmo que corre em suas veias o sangue azul, como um aristocrata europeu (PRADO Jr. 1971[1942]). Diria Duarte (1966), que o português ao final dos três séculos coloniais formava a civilização de origem europeia mais notável na zona tropical.

Em síntese, os senhores construíram no período colonial sua autoimagem de status social, validada pelo seu poder de influência e sujeição dos demais, das mulheres, dos escravizados e até mesmo do clero doméstico. O Português iniciou, como diz Freyre (2006[1933]), uma nova técnica econômica com política social. Iniciou a utilização de um desenvolvimento de riqueza vegetal pelo esforço particular, combinado com o aproveitar dos nativos para o trabalho e com a formação de família. Sendo as Grandes plantações não unicamente obra de um Estado colonizador, mas da delegação para a iniciativa do meio privado, que coordenada os domínios antes delegados ao Estado, como diz Braudel (1985[1977]), o triunfo do Estado ou do Capitalista advém do favorecimento recebido por um ao se identificar com o outro.

A combinação dessas características aproxima o estudo da formação do Brasil com os conceitos existentes na obra de Polanyi (2012[1968]). O autor busca entender como se configurou em diferentes sociedades, do mundo antigo ou moderno, a relação entre o social e o econômico.

Na teoria de Polanyi (2012[1968]), as sociedades constituídas previamente o estabelecimento do mercado capitalista global, não possuíam uma separação clara do universo que compreendia as características sociais e econômicas de produção e de comercialização de bens. Havia limites não econômicos impostos ao comércio e a produção, como características

religiosas ou mesmo culturais “O homem nunca foi tão egoísta quanto exigia a teoria”. Aponta o autor que na história da antiguidade o sistema econômico era elemento enraizado ao social, um pedaço deste, e que só existia em sua forma por estar vinculado ao todo.

Polanyi (2012[1968]) ainda, utilizando da leitura que faz Aristóteles na política, reitera que o homem é um ser essencialmente social, o qual busca garantir seu status social e seus bens sociais, enquanto a “economia do ser humano, como regra, está mergulhada em suas relações sociais”. Desse modo Polanyi ressalta que os elementos econômicos das sociedades antigas estão enraizados em suas instituições não econômicas, o processo econômico em si era instituído por graus de parentesco, casamento, por grupos etários ou sociedades secretas e solenidades públicas, nas quais não havia algo caracterizado por “vida econômica”, ela era diluída no social. Os indivíduos buscavam suas motivações nas situações advindas de fora da ordem econômica, seja do ambiente político, religioso ou familiar.

Em suas conclusões referentes ao enraizamento, Polanyi (2012[1968]), descreve que o fundamento dos sistemas econômicos está no caráter separado ou enraizado das instituições nas sociedades e nas motivações psicológicas dos indivíduos. As sociedades modernas, a partir do surgimento das economias de mercado, teriam uma economia desenraizada do elemento social.

Esse desenraizamento da economia teria origem pela substituição do modo o qual as sociedades se organizam com a finalidade de produção. Polanyi (2012[1968]) descreve que é característico das sociedades de economia enraizada as atividades econômicas estarem determinadas através de fatores como: laços consanguíneos, as imposições legais, obrigações religiosas e a vassalagem, desse modo o aspecto econômico acompanha uma reciprocidade e redistribuição. Com o rompimento de tais determinantes sociais, a posição dos indivíduos nas sociedades passava a se basear através do determinante social do trabalho. Desse modo as relações sociais passam a estar subordinadas às relações econômicas. O *status* dos indivíduos deixa de estar atrelado aos laços para se estabelecer ao redor de fatores financeiros. Assim o *contractus* se estabelece com a participação dos indivíduos na vida econômica através do salário e iniciativa privada.

Ao retomar o caso brasileiro e buscarmos localizá-lo nas duas categorias de Polanyi, é difícil colocá-lo explicitamente em qualquer uma delas. Se por um lado, o motivador para instalação da sociedade colonial, no território que viria a ser o Brasil, é destinar sua produção para atender as necessidades de consumo do mercado europeu, através de grandes estruturas de fazendas. Por outro, a estrutura econômica era determinada por elementos como laços consanguíneos e a mão de obra central não era outro senão advinda da mais cruel forma de

vassalagem. O salário, mesmo que existente, não atingia preponderância como o trabalho escravo. Mesmo no período colonial havendo os que praticavam o trabalho livre, que plantavam nas terras cedidas pelo senhor ou ocupavam terras próprias, os “moradores”, como eram chamados, não eram assalariados. Os mesmo até por vezes possuíam vida de condições mais precárias que os escravizados, estando sujeitos sozinhos a todo tipo de infortúnio. Não podiam trabalhar ao lado dos que estavam na condição de escravizados, pois a posição social como livres determinava. (TORRES, 2020 [1965]).

Polanyi (2012[1968]), em complemento posterior a sua primeira visão do enraizamento econômico, propõe que o que poderia ter se configurado nas sociedades modernas era de que, ao invés do sistema econômico se encontrar enraizado nas relações sociais, passaram as relações sociais a estarem enraizadas no sistema econômico.

A organização colonial iniciada pelos colonos portugueses na América uniria, como já trouxemos com Freyre (2006[1933]), a técnica econômica com uma política social pautada na família como guia para a produção. Além de, se o ocorrido fora como Duarte (1966) descreve, Portugal preservou na colônia e futuramente no Brasil características advindas de um período prévio ao estabelecimento da sociedade de mercado.

Retornando ao período que temos por foco, é no século XIX que Polanyi (2012[1968]) estabelece como tendo sido concluído o processo de desenraizamento da economia dos fatores sociais. O econômico já estaria fora da sociedade, do meio político e até governamental, havendo se perdido os laços consanguíneos, os fatores religiosos e a vassalagem como determinantes da organização. Esses fatores, entretanto, no Brasil oitocentista permaneciam determinantes para a participação e atuação dos indivíduos na vida econômica. A escravidão era ainda central para a produção e o elemento salarial só assumiria protagonismo ao final do século, próximo da abolição. Apenas com a abolição, muitos dos antigos escravizados passaram a se juntar aos moradores, dando volume ao que se transforma em um grupo, ou classe, de rendeiros (TORRES. 2020[1965]).

No século XIX se inicia no Brasil um período do qual a economia exportadora passava por declínio e então constituía-se a necessitar de profundas transformações para subsistir fora dela. Como diz Ribeiro (2015[1995]), sendo necessário passar pelo processo de abolição, a realização de uma reforma agrária e uma industrialização autônoma, que excedia a capacidade do segmento social existente. No entanto, para a classe dominante ainda permanecia lucrativo, mesmo em crise, a permanência do modelo de importação de bens manufaturados e a exportação dos produtos tropicais (PRADO JR. 2021[1968]).

A modernização brasileira, uma passagem para o desenvolvimento capitalista no Brasil, precisaria corresponder com o rompimento das estruturas de vida não capitalista e com a instituição de uma ordem que se tornara hegemônica no mundo no século XIX. Na qual a formulação de preços se tornara a principal referência na forma com o qual as sociedades seriam organizadas e reguladas. Esse processo só passou a se constituir aos meados do século XIX e início do século XX. (SANTOS, 2019).

Sendo a proposta deste trabalho descrever as relações cruzadas no meio privado com o universo econômico no Brasil oitocentista, o que buscamos é precisamente lançarmos nossa visão sobre essa estrutura que possui sua organização econômica baseada nas características dos *status*. Realizar balanceamento entre o entendimento da dinâmica interna brasileira com a relação aos interesses vinculados ao exterior ou advindos do exterior, como prioriza Prado Jr (2021[1968]), ao enfatizar a subordinação econômica brasileira ao mercado externo e delegar pouca relevância para a coletividade interna. Busca-se uma fuga da dicotomia entre o interno e o externo do país, pois entende-se como fatores que realizavam uma alimentação mútua.

Freyre (2006[1933]) afirma um processo de auto colonização obtido pela condução de grandes propriedades e através do trabalho. Trabalho esse, característico da herança moura, advinda dos portugueses do período pré-reconquista ibérica. As condições físicas do território da América ocupada pelos portugueses exigiram uma colonização que se desse pelo vigor do trabalho escravocrata e de característica agrária. O sangue e cultura que viriam ao Brasil explicam porque o brasileiro não é europeu, indígena ou africano, mas que junto às suas condições físicas deram origem a uma nova configuração social e econômica nos trópicos.

As duas características que Prado Jr (1971[1942]) destaca como instintos primários do homem, o econômico e o sexual, eram no caso brasileiro inseparáveis. Enquanto o primeiro se define através do trabalho e é proporcionador da subsistência, o segundo resulta nas relações de família. Como destaca Vainfas (2019), as Casas-grandes eram um espaço no qual a atividade de produzir e o morar eram, a rigor, inseparáveis. Faria (1993), ao estudar os inventários *post-mortem* dos séculos XVIII e XIX, revelou que as expressões “casas de vivenda” e “casas de morada” relacionam um conjunto de edificações, as moradias, as oficinas, as casas de beneficiamento de açúcar e mesmo as habitações dos escravizados. Desse modo, o entendimento das casas, seja vivenda ou moradia, era mais amplo do que um local dedicado ao descanso ou exclusivo para as atividades domésticas.

As famílias que chegaram como imigrantes ou migrantes no século XIX, com a finalidade de sucessivamente substituir o trabalho escravo, se estruturaram como pequenas empresas, segundo Alencastro e Renaux (2019), eram como pequenas empresas baseadas na

reprodução da mão de obra através do aumento da quantidade de filhos para o auxílio nas lavouras.

A sociedade rural e escravocrata brasileira, que se fundamentava no vínculo entre o privado e o produtivo, acabava desfalcada em uma posição, qual esse sistema não poderia abarcar, faltava uma classe que, em seu poder econômico, se localiza-se entre o senhor e o trabalhador, mais precisamente uma classe mercantil vigorosa (TORRES. 2020[1965]).

O comércio era um estilo de vida destinado apenas para um grupo seletivo de emigrantes das metrópoles ainda no período colonial. Os mesmos eram ainda taxados em 10% nos pontos e suas atividades não eram bem vistas na sociedade colonial, sendo até o século XVIII uma atividade não catalogada como profissão nobre. Sua posição só mudaria em 1770 na qual os mercadores e homens de negócios passariam a serem incluídos através das mudanças realizadas pelo Marquês de Pombal (TORRES. 2020[1965]). Os comerciantes eram advertidos por recados da matriz de que evitassem casar ou terem filhos com brasileiras, pois objetivava o confisco de mercadorias em sua guarda caso viessem a falecer no Império (ALENCASTRO; RENAUX, 2019).

A interação com o mercado de caráter mundial era relevante enquanto abastecedor da estrutura escravista e para a reprodução do sistema através da exportação dos bens primários. Em uma divisão de Braudel (1985[1977]), estaria devidamente participando de uma Economia-Mundo, no qual envolvia uma porção do planeta, suas conexões de comércio diretas, com um polo dominante e como uma zona periférica, mas ainda não compunha em uma Economia Mundial, no qual pudesse fazer parte no todo da economia a nível global.

No entanto, integrar-se ao modelo das economias modernas exigia o abandono de vínculo com o escravismo e dessa forma renovar sua relação de trabalho e mão de obra, além de alterar suas necessidades para com o mercado externo. O produto da expansão da economia mundial precisava, como consequência, se transformar para subsistir dentro ou fora dela (RIBEIRO, 2015[1995]).

Na chegada do ano de 1800, o território colonial atingiria a população de 5 milhões de habitantes (RIBEIRO, 2015[1995]). Apesar de tal volume populacional, não havia como estabelecer uma integração com o lado de fora da colônia quando sequer sua integração interna estava definida, não havia ainda um claro universo público com interesses nacionais. Era ausente ainda a consolidação de uma estrutura nomeável de nacional, não havia capital suficiente para a satisfação de uma vida pública, poucas pontes e estradas capazes de realizar conexão entre territórios (ABREU, 2009[1907]).

Apesar da formação do Império brasileiro, ainda não se observava uma sociedade brasileira constituída pela totalidade de seus habitantes, os núcleos espalhados não constituíam na prática unidade real, mas apenas para formalidade. A ideia de sociedade ainda se voltava diretamente a um seletivo grupo de pessoas, composta pela corte imperial e os proprietários dispersos no território (TORRES, 2020[1965]). Em uma definição Aristotélica uma comunidade não existe somente pelo viver, mas pelo viver bem, uma comunidade precisa possuir, além do poder de evitar injustiça e propiciar a troca, a entrega da possibilidade de um viver bem (Arist, *Pol 1280a3*). Esse mesmo tema retoma nos “Econômicos”, de que a polis é um resultado do agregado que é constituído por casa, terra e bens que sejam autossuficientes e capazes de garantir o bem-estar. Sendo os elementos de administração da casa anterior ao da administração da polis e assim também precede sua função. (Arist, *Econ 1342a10*)

Esse resultado agregado ainda não tinha sido feito, apesar de todos os elementos estarem dispostos o meio privado ainda era maior relevância que as necessidades públicas. Precisamos nos voltar para entender a colocação de Ribeiro (2015[1995]), o qual diz que as “esferas de poder estatal e privado se imbricam”. Entender como o poder público se constituiu diante de uma já estabelecida ordem privada. A ideia de uma economia nacional ainda estava longe de ser concretizada, a ideia de Braudel (1985[1977]) da transformação pelo Estado de um espaço em algo coerente, unificado e direcionado, ainda não estava posta no Brasil.

2.3 A OPOSIÇÃO DO PÚBLICO E DO PRIVADO

No século XIX o Império brasileiro iniciava uma proposta de formação e instrução política para parcela de homens brasileiros. Fornecer primariamente o básico de alfabetização política, para que o governo pudesse estruturar bases políticas sólidas ao longo das províncias. No entanto, um povo político não é algo construído artificialmente, mas sim um produto de processo histórico, o qual necessitaria passar por um percurso de maturidade social e de organização como diz Duarte (1966).

O Império brasileiro, apesar de fortalecer as instituições políticas, fora incapaz de formar homens suficientes até a penúltima década do século XIX, como diz Duarte (1966), não conseguindo formar homens capazes de realizar a desconexão da prolongada influência de organização social herdada do período colonial. A ordem privada permanecia sendo impeditivo para o estabelecimento de uma ordem pública independente. Que não acabasse sendo, ao final, propagadora dos interesses das famílias já influentes e bem constituídas, que

utilizam da construção do ambiente público como ferramenta para atender seus interesses privados.

O Ministro José Bonifácio (2000[182?]), em notas referentes às suas propostas de reformas políticas no Império, afirmavam que o Brasil apenas começava a civilizar-se no século XIX e que deveria acolher o conhecimento dos estrangeiros, mestres nos ramos de instrução e economia pública. Seus planos se tratavam da criação de um país moderno e civilizado. Sendo uma de suas preocupações a de submeter o poder privado ao poder público para esse fim. Essa ideia era frustrada, segundo o mesmo, em razão de que o brasileiro não considerava a ideia de fazer sacrifícios pessoais para que fosse possível formar uma administração pública. Restava para seus planos a proposta de penetrar e tomar progressivamente as localidades onde predominava o poder privado para construção de uma ordem pública.

Ao investigarmos as origens da dominância da ordem privada no Brasil nos deparamos com seus três principais pilares: a propriedade imóvel rural, a administração da função política e o escravismo (DUARTE, 1966).

Primeiramente, como já descreveu Holanda (2014[1936]), toda a estrutura da sociedade colonial portuguesa nas Américas teve como aspecto essencial o fato de instalar suas bases longe das cidades e assim permaneceria até o final da monarquia. As cidades e vilas eram constituídas como agências da civilização agrário-mercantil, dotadas do papel de gerir a ordenação colonial integrada nas tradições religiosas e civis da Europa pré-industrial (RIBEIRO, 2015[1995]).

Os proprietários rurais eram aqueles dotados dos melhores aviamentos, possuíam casas mais espaçosas e amplamente mobiliadas, suas lavouras esbanjaram riquezas naturais e eram ainda indiferentes as culturas dos gêneros de primeira necessidade e a formação de um mercado interno, conectando diferentes regiões (ABREU, 2009[1907]). Como descreveu Prado Jr. (1971a [1933]), toda a população vivia na colônia na mais completa dependência dos senhores rurais. Esses senhores eram possuidores de um poder capaz até mesmo de ofuscar a teórica soberania da Coroa sobre as terras tropicais. Os poderes da Coroa apenas conseguiam se afirmar na colônia nos estreitos limites da sede do governo.

Isso nos leva ao segundo pilar, as câmaras municipais, que eram praticamente os únicos locais verdadeiramente de administração pública na colônia, tinham seus cargos administrativos formados apenas pela “nobreza” da colônia. Essa “nobreza” que era constituída precisamente pelos próprios proprietários. Os cargos eram delegados através de eleições restritas e que tinham a função de fixar salários e preços de mercadorias assim como

o uso das moedas (PRADO JR. 1971a [1933]). O que ocorria na prática era, segundo Holanda (2014[1936]), que os homens aos quais pertenciam a função pública eram delegados em decorrência da confiança, além de serem atuantes de forma a faltar o básico da impessoalidade na administração pública, como um funcionalismo patrimonial.

A administração da Coroa estava entre o engenho e o centro europeu, no local onde se localizava o vice-rei, incapaz de lidar com vassalos desobedientes no vasto território (PRIORE, 2016a). A Coroa em caso de desejar ordenar ações contra responsáveis por infrações, não possuía vigor para executar tais pedidos com frequência, os governantes e capitães-mores ao final apenas se abstiveram de buscar reprimir e castigar agitadores (PRADO JR. (1971a [1933])).

O caráter social e histórico de um centro político é pertencente à cidade, como aglutinadora do poder público, no entanto não no Brasil da colônia ao século XIX não era identificável. Não existia um interesse em uma proposta de urbanismo por parte dos proprietários e sequer a vontade produzir estímulos para que se constituísse uma associação urbana (DUARTE, 1966). Mesmo que no campo não houvesse interesse em modificações, o apego para com a tradição dificultou a atuação do Ministério da Agricultura ao longo do Império e sua proposta de criação de fazendas-modelo. Somente com a abolição do tráfico e a libertação dos escravizados é que o setor rural se viu forçado a passar por uma reorganização (PRIORE, 2016b). Numa sociedade patriarcal dominada pelo ruralismo econômico só era possível retirar os que conseguiam sair como advogados, médicos ou padres (DUARTE, 1966).

Esse rompimento de força do proprietário ligado à abolição nos leva diante do terceiro pilar. O homem que não possui terras só poderia construir uma família precária, da mesma forma o que não possuísse escravos, diz Duarte (1966), pois eram exigências do condicionamento econômico brasileiro da colônia até o findar do Império. O direito de possuir escravos incidia diretamente sobre a concepção de vida privada no caso brasileiro. Resignificar a palavra *privus* (particular) do latim, dessa que derivou o termo *privatus* (privado) e a *privus-lex* (lei para particular). Essas duas variantes se reuniam novamente diante do escravismo moderno. O privilégio ou direito legal de possuir escravos pertencia ao privado (ALENCASTRO, 2019). Segundo diz Abreu (2009[1907]), era possível não vislumbrar luxo em algumas habitações ricas, mas não era possível que se ignorasse nos arredores a quantidade de escravizados como expressão dessa riqueza.

No processo de organização política e de formação da jurisdição nacional no século XIX, era no escravismo que se desdobrava a ordem privada carregada de contradições para

com a ordem pública, diz Alencastro (2019). A função política, como já mencionado, era atrelada aos interesses dos grandes proprietários e a ordem privada estava também penetrada como classe política e impregnada de interesses próprios (DUARTE, 1966).

Os três pilares da ordem privada resultam que, para a sociedade da época, o povo brasileiro se caracterizaria por aqueles que de fato influenciavam na configuração do País. Ao final do século XIX esse povo seria composto apenas pelas famílias de engenhos ou fazendeiros que eram proprietários de escravos. Nessa formulação, o povo brasileiro seria composto por cerca de 400 mil pessoas. Sendo nesses grupos onde o Estado encontrava apoio para formulação de uma classe política, uma espécie de casta familiar. O Estado brasileiro só conseguiria passar a existir para além da ordem privada após conseguir reduzir o domínio territorial e funcional do poder privado, precisando iniciar um novo ciclo (DUARTE, 1966).

Essa mudança de ciclo não conseguiria ser feita ainda no império, pois como diz Holanda (2014[1936]), a família patriarcal, através de seus meios de comunicação, ainda era capaz no século XIX de atrair vasta área rural e exercer também influência sobre as cidades. Como diz Abreu (2009[1907]) a primeira tentativa de uma industrialização das cidades, de dar a elas um propósito além da serventia para com a sociedade rural, fora brutalmente extinta, ficando nas cidades apenas mecânicos que realizavam seus trabalhos por encomenda. A cidade permanecia incapaz de formular uma organização própria.

Poderíamos buscar, como faz Duarte (1966), no aspecto de ocupação do colono português, razões advindas da herança colonial portuguesa na dificuldade em formalizar uma ordem pública que não fosse apropriada pela privada. Mas, se por um lado o “português é mais um homem privado do que político”, era também responsável por atingir novos horizontes na exploração marítima e em desbravar novos territórios. Os portugueses, como diz Freyre (2006[1933]), vinham para o território das Américas à procura de uma terra de vida aparentemente fácil, mas que, no entanto, era difícil aos que quisessem procurar uma organização minimamente adiantada de economia e sociedade.

O modelo de exploração e ocupação do solo fora o das donatarias, com a apropriação privada dos fidalgos, reconhecida pelo poder real. A Coroa portuguesa apenas conseguiu resgatar inteiramente os territórios e colocá-los sob a jurisdição do Estado no ano de 1791, mais de dois séculos e meio após o início da ocupação. Esse sistema de domínio confundia a ideia de propriedade com a de governança estatal, pois não tinha possibilidade de desenvolver um desejo pela coisa pública. A tendência era a manutenção da propriedade privada, que seria servida e não uma que serviria (DUARTE, 1966).

O poder entregue aos donatários era equiparável entre eles e mesmo a Coroa se dera conta rapidamente do que havia sido feito. As capitâneas estavam na condição de estados estrangeiros umas relativamente às outras, não eram uma unidade e crimes eram capazes de se proliferarem impunes. D. João III (1503-1557) necessitou utilizar os recursos da coroa para estabelecer um governo geral nas capitâneas em conjunto a esperar o falecimento de um donatário, assim, em 1549 Tomé de Souza foi designado como primeiro governador. Apesar dessa movimentação, a presença era insuficiente para controlar as capitâneas, pois apesar da presença não possuía a real força de coação, como observa Prado Jr. (1971a [1933]).

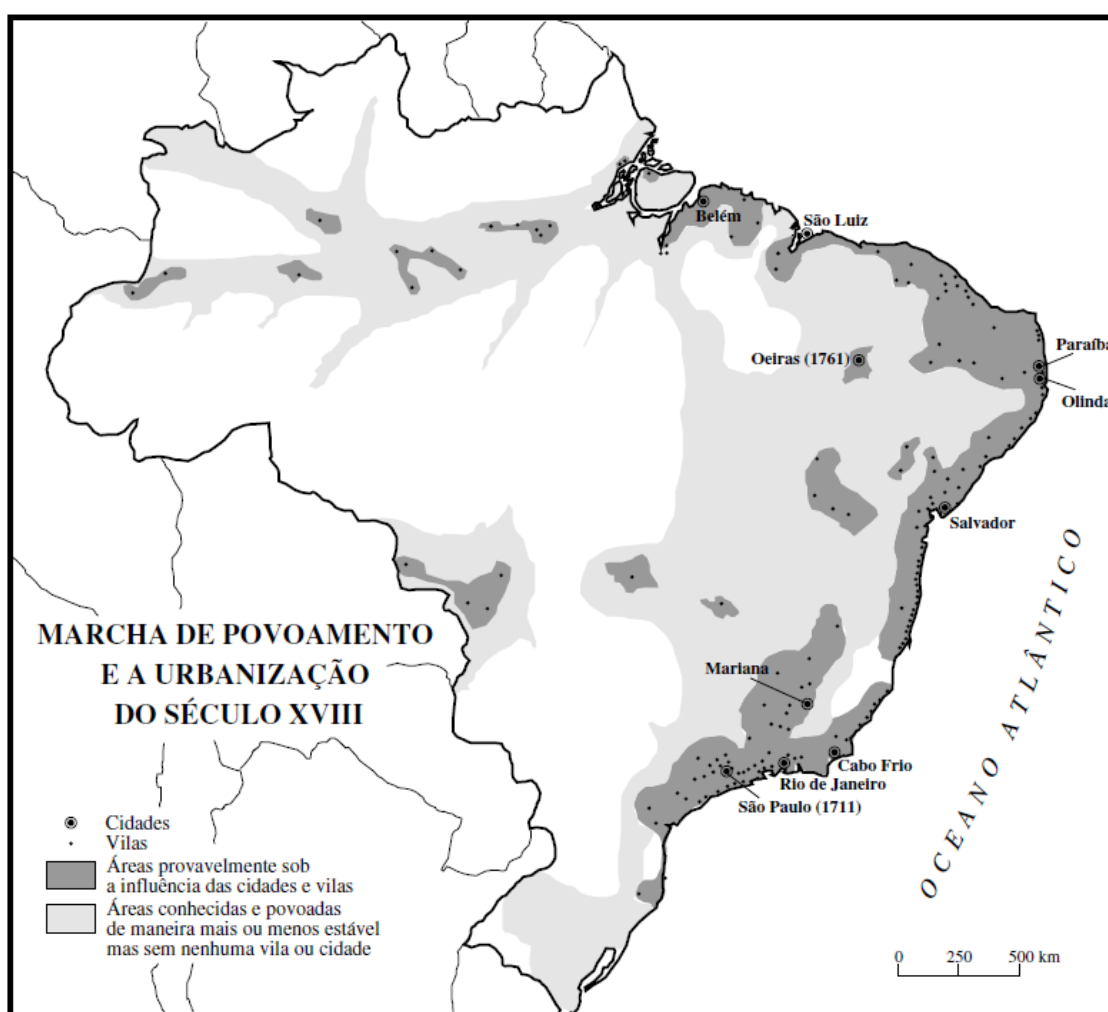
O solo não era somente conquistado, mas ocupado e povoado pelo proprietário privado, esse território social na prática ao proprietário privado pertencia. A figura do Bandeirante fora capaz de dilatar as fronteiras sob mando da coroa portuguesa, mas representava os interesses de expansão dos proprietários e atendia seus fins (DUARTE, 1966). A Coroa dependia do conhecimento obtido pelos bandeirantes, era até mesmo capaz de perdoar criminosos e assassinos de portugueses caso tivessem o conhecimento necessário para a exploração, o Estado se sujeitava a essa figura (FIGUEIREDO, 2012). Fora a bandeira que levou o caráter dominante da organização das capitâneas até o interior do território e da mesma forma foi a atividade dos bandeirantes que construiu a ideia de que o senhor privado poderia tomar uma função de chefia militar e assim estruturar futuramente sua própria milícia (DUARTE, 1966).

O espírito português era irredutível para com a totalização que o Estado buscava submeter o indivíduo, o espírito menos político que a maioria dos povos nacionalizados da Europa. “O português é um homem privado, porque é antes de tudo, histórica e socialmente municipalista e comunal.” Dessa forma resume Duarte (1966) a natureza legada pelos portugueses que construíram as bases institucionais na colônia. O municipalismo que menciona é caracterizado por câmaras municipais que demonstravam um falso vigor, em decorrência do meio social da colônia ser hostil para com a solidariedade pública. Por fim, conclui, que o meio colonial não poderia conhecer outra ordem pois a ordem privada servia como mecanismo para deformar ou destruir. Como dizia Abreu (2009[1907]), já referente ao século XIX, a vida social era inexistente e as questões públicas não eram de interesse. Não havia uma consciência da coisa pública e muito menos nacional.

Um dos poucos momentos ao qual a vida pública se fazia impor sobre a privacidade na colônia eram nos festejos, em datas de pompa no calendário, após os turnos no trabalho administrativo (PRIORE, 2016a). Somente na segunda metade do século XIX é o momento em que a casa passará a ser o oposto do mundo público, sendo isso após a transição para o

meio urbano. Dessa forma, mesmo o interior da casa, lentamente era alterado com novos comportamentos e o estabelecimento de uma nova ordem de valores e de família. A casa mudou, pois era integrada aos movimentos econômicos e sociais de transformação do Império. Os espaços de transição entre as moradias do lado de fora eram construídos e delegaram fronteiras entre o público e o privado. Essas mudanças foram mais aceleradas nas cidades do que em relação às áreas ainda rurais (PRIORE, 2016b).

Figura 3 - Processo de Migração ao meio Urbano no século XVIII



Fonte: Caderno de Imagens “Cotidiano e vida privada na América portuguesa” SOUZA (2018)

A mudança no caráter de influência das famílias fora fundamental para que o meio público pudesse adquirir solidez. Como diz Duarte (1966) a família é o grupo hostil para com o grupo político, a família constituía o espírito refratário da organização estatal. Era a família, estruturada ao redor da figura do senhor, seja da Casa-Grande ou Sobrado, organizada nas condições de uma periferia mundial, a base do regime municipalista, pois era a figura do

homem casado, com filhos e propriedade que tinha a capacidade política para exercer magistratura. A família que era detentora do poder de mando e de direcionamento da atividade genésica para assegurar os interesses próprios.

Tal família é a antítese do próprio Estado, representa o embate da “coisa privada” (res-privada) contra a “coisa pública” (res-pública). Como já dizia Aristóteles na política, a diferença entre a família e o Estado não é meramente quantitativa, mas sim específica. Enquanto Platão na república afirma que o Estado possui origens no condicionamento patriarcal. A família em face ao Estado não só é mais cara ao indivíduo, dado uma hierarquia de sentimentos, como em face a uma repressão da potestade doméstica inicia uma oposição (DUARTE, 1966).

2.4 A FAMÍLIA E A OIKOS

Entender a família que estava constituída ao redor da figura do senhor proprietário, este que é também figura central da ordem privada, nos permite retomar ao ponto inicial da pesquisa referente às estruturas e personagens que compunham o ambiente privado brasileiro do século XIX. Permitindo em complemento a obtenção de maior profundidade no entendimento da composição organizacional das estruturas econômicas da vida privada.

2.4.1 A família de função econômica

Da colônia aos meados do século XIX, o campo era local no qual a maior parte da população habitava, nele a instituição da família assumia mais elevado grau de respeito, era ela a base da unidade social. (TORRES, 2020[1965]). A instituição familiar no Brasil desempenhava a gestação do laço doméstico que definiam e resumiam a cooperação social e econômica no país. Como já apresentado na seção 2.2, a instituição familiar brasileira até meados do século XIX, se caracterizava por possuir, além da função procriadora, a função de mando e de grupo produtor. Sendo em si toda uma ordem social, perpetuando-se através da prole, mas exercendo também função política e econômica, guardando de forma indivisa, a propriedade ou mantendo em cooperação com outras famílias (DUARTE, 1966).

No passar do século XVII ao XVIII, diz Priore (2019), o público e o privado iniciavam um processo delimitação, diferente do mundo europeu em que a mudança se dava no sentido de apurar projetos individuais contra os Estados Modernos, na colônia se apresentava um processo em que a privacidade adquirir suas especificidades.

A vida pública no Brasil só se distinguiria da privada, ainda de forma tênue, no início do XIX (ALGRANTI, 2019). O comando da Casa-Grande pode contrapor e ignorar exigência

dos Estado em virtude de sua dominância, deixando-o resignado ao jugo da ordem privada mesmo com algumas mudanças fornecidas no Império, na elaboração do meio público (DUARTE, 1966). Como diz Abreu (2009[1907]), no final do terceiro século de colonização o território estaria ocupado e povoado, no entanto o Estado ainda não teria coberto o território.

O pilar social se dava na família como organizadora da vida econômica e determinante do meio doméstico era determinada, até meados do século XIX, pela organização rural de clãs patriarcais, dominantes com as famílias estruturadas em unidades políticas e econômicas, a qual submete a escravidão como principal mão de obra. Embora fosse possível identificar alguns indivíduos, a grande burguesia ainda não se constituía como classe, não havia classe dotada de poderes econômicos e políticos não vinculada ao poder tradicional da terra. Da mesma forma, uma classe de trabalhadores livres urbanos, não subordinados aos senhores, era presente, mas escassa (DUARTE, 1966).

Com segregação no campo, a vida privada reduzia ou anulava a vida pública, cabendo a utilização das colocações de Marx sobre o campo da Grécia antiga, a vida privada reduzia-se a uma “idiotice da vida rural” no sentido etimológico de “idiota”, o cidadão privado, individual ou aquele que se aparta da vida pública⁵ (MELLO, 2019).

A ideia de desligamento das crianças dos ofícios tradicionais das famílias, majoritariamente das elites, se iniciava no século XIX, no qual genitores empurravam crianças para trabalhos fabris. O controle não se tratava mais somente da transmissão de ofício ou saber, mas de estabelecer controle referente a força de trabalho de jovens em decorrência das mudanças industriais. Aos mais pobres, a figura do pai e do patrão se confundiam em uma mesma, a família biológica permanecia sendo também a família econômica para que fossem supridas as necessidades (PRIORE, 2016b).

Crescimentos populacionais no século XIX ocorreram mais em virtude da imigração do que na comparação com o crescimento da população local (TORRES, 2020[1965]). Grupos chegados da Europa estabeleciam de forma isolada construções de caráter urbano, com igrejas e escolas inclusas. Estabeleciam relações comerciais visando trocar alimentos por itens manufaturados, visando estabelecer em suas vidas elementos da civilização europeia. Famílias essas que dependiam da força de trabalho de seus filhos, em virtude da redução do mercado de escravos e por possuírem poucos recursos para comprar. Assim seus filhos precisavam assumir a mão de obra nesse caráter de uma pequena empresa familiar (ALENCASTRO; RENAUX, 2019).

⁵ O termo idiota tem origem no grego *idiōtēs*, significando “indivíduo particular” ou o cidadão ignorante, é dessa dualidade da palavra que Marx se utiliza.

De acordo com Engels (2014[1884]) as instituições sociais de um período ou país dependem de duas formas de produção, a primeira em relação ao desenvolvimento do trabalho e a segunda em relação à atividade da família. De acordo a análise materialista, os elementos determinantes da história são a produção e a reprodução da vida em conjunto de suas exigências materiais. Não se tratando somente dos meios de existência como alimento, roupas e abrigos, mas também em conjunto com a geração de filhos e o ato de propagação da espécie.

Ainda Engels (2014[1884]), afirma que a antiga forma de sociedade é constituída em base nas relações sexuais e passa pelo processo de ser abolida ao se deparar e confrontar com as novas sociedades, essas que se cristalizam na figura do Estado. Abandonando a definição pelo sexual e se tornando grupos locais nos quais as relações familiares estão subordinadas para com as relações de propriedade.

A configuração da sociedade brasileira oitocentista se localizava na divisão de tal processo, mesmo que pendente ao primeiro retrato. O Estado ainda não constituído plenamente e a entidade familiar senhorial permanecia a subjugar instituições à parte da ordem privada. Apenas na passagem ao século XX a família se reorganiza ao redor da característica genésica procriadora primariamente a econômica, não mais como corpo produtor e de comando como base de toda a ordem social (DUARTE, 1966).

A família conjugal não possui função econômica intrínseca em sua essência, sua produção econômica se encontra fora do núcleo familiar, incorrida na proletarização do trabalho, suas demandas familiares e local de trabalho não se confundem, além disso não possui função política necessariamente. Seu foco em relação aos filhos trata-se da assistência, enquanto pequenos, devido um caráter biológico e não com finalidade social, de herança de um mesmo modelo de cooperação doméstica e integração na sociedade em mesma posição que seus antecedentes. Como complemento, a família conjugal deixa-se ser invadida pelo Estado em sua vida doméstica. Diferente da família de função econômica, que possuía na figura do senhor ou patriarca o resumo de todas as características de controle (DUARTE, 1966).

Se a família tinha como objetivo econômico, o casamento era também pensado como um “negócio” para todos os envolvidos. Para o marido tratava-se da perpetuação das atividades características de sua família através da prole, para a esposa a forma de obter uma herança de sua família de origem através do dote que seus pais entregavam ao seu marido para composição da nova família e para a família de ambos os lados se tratava de formar de estreitar laços e influências.

O dote era elemento primário para que se estabelecesse o casamento, nele estava uma contribuição para o sustento da família e evitava separação. O dote eram os bens entregues pela família da moça para o casamento, poderiam conter terras ou escravos, sendo eles a representação da herança para as mulheres no Império. Os maridos se beneficiam dos dotes trazidos por suas esposas e para elas se configuraram como garantia contra a separação, visto que muitos maridos ficavam até mesmo dependentes dos recursos (PRIORE, 2016b).

Advindo da tradição greco-romana, o dote era valor entregue pelo pai da moça para o compromisso prévio ao casamento. O pai da moça possuía ainda o direito de inspeção e poderia obter de volta o valor em caso de divórcio, o dote apenas tornasse do marido quando o casamento fosse considerado fecundo (MOSSÉ, 2004). Dessa forma o dote se tratava de estabelecer uma seguridade sobre a perpetuação das famílias e de suas atividades. Como coloca Engels (2014[1884]), a família monogâmica fora a primeira forma de família na qual sua fecundidade não se baseava nas condições naturais, mas nas econômicas.

Dessa forma, a dilapidação de bens era algo inaceitável. Havia esposas que buscavam divórcio alegando, além de justificativas canônicas, que seus maridos teriam adquirido prejuízos ao utilizar dos “investimentos matrimoniais” que elas possibilitaram. Se a perda de recursos fosse em decorrência de amantes, então o motivo servia para as causas da igreja e para as causas econômicas. O casamento era uma instituição que não deveria dar prejuízo para nenhum dos envolvidos (PRIORE, 2016b).

A utilização do casamento para fins de preservação de poder permaneceria como estratégia de alguns senhores após perceberem o enfraquecimento de seu domínio econômico, passando a casar suas filhas com filhos de comerciantes em ascensão na segunda metade do século XIX, visando manter o poder econômico aliado à sua influência tradicional.

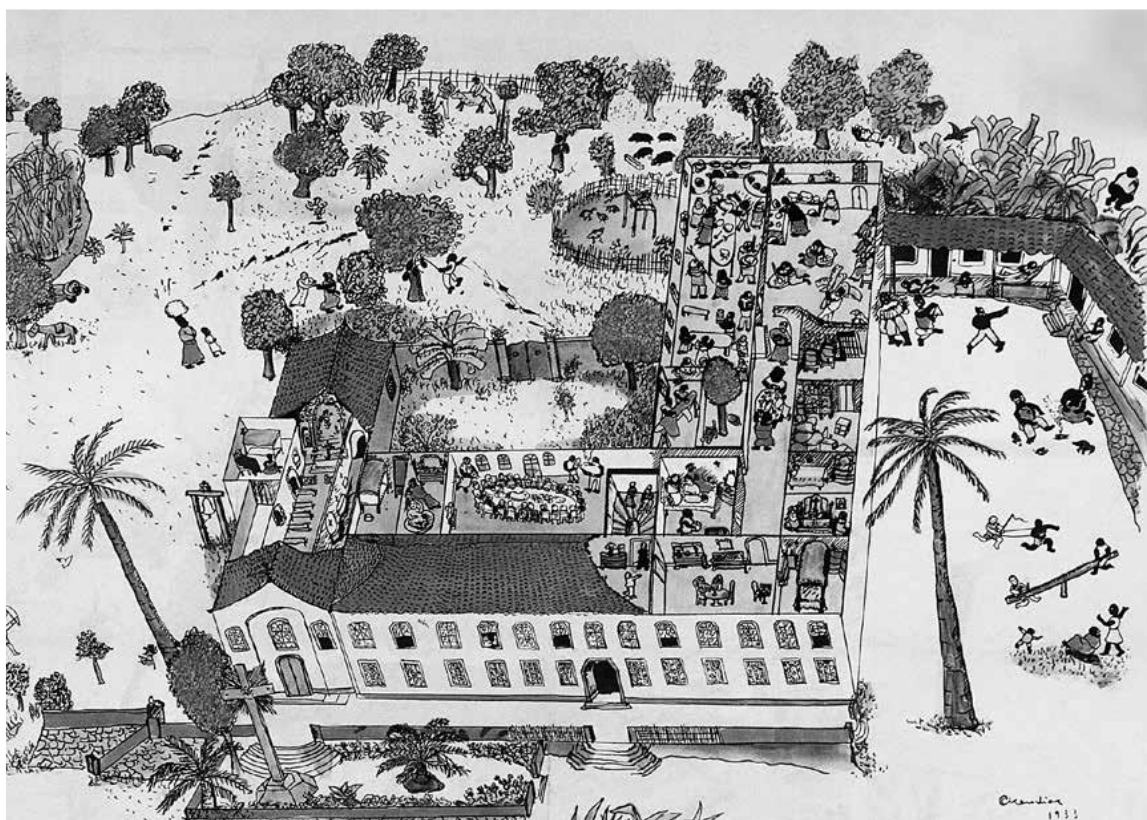
2.4.2 A Organização doméstica

Se a instituição familiar era vista como condicionante econômico, toda a vida cotidiana também passava por fatores econômicos. Como diz Algranti (2018), o trabalho permeia o cotidiano dos indivíduos e fornecia um dinamismo no interior dos domicílios. No interior das casas, os aposentos eram raramente bem definidos e as funções delegadas se sobrepunham. Quando era possível, as atividades eram exercidas nos anexos das construções, e devido a decorrência da arquitetura das construções o encontro dos trabalhadores pelos pátios no interior das residências e alpendres era frequente, com saídas e entradas dos escravizados. Dessa forma o trabalho se estruturava, seja ele dirigido para a subsistência e consumo dos moradores, seja ele voltado para o mercado. Como diz Priore (2016a), as casas

na colônia eram reconhecidas não por numeração, mas de duas formas: pelo nome dos que ali residiam ou pelo comércio que ali era praticado.

Como percebe Vainfas (2018), ao analisar a ilustração da planta do Engenho Noruega feita por Cícero Dias, havia uma falta de privacidade nas habitações senhoriais. Sendo uma ampla mansão de dois andares, com seu espaço interno composto por espaços múltiplos e divididos, dos quais múltiplas salas e quartos além da cozinha, possuía também capelas e uma senzala contígua, além do quintal com pomar e dispensas. Esses ambientes eram entrecortados uns pelos outros, servindo de passagens para chegar ao próximo desejado.

Figura 4 - Planta do Engenho Noruega. (Cícero Dias, Engenho Noruega, 1933)



Fonte: Caderno de Imagens “Cotidiano e vida privada na América portuguesa” SOUZA (2019)

Em Casas-Grandes da província de São Paulo e da Bahia do século XIX, ainda associadas a fabricação do açúcar, os proprietários habituaram a vigiar diretamente a produção. Adicionavam-se quartos nos engenhos para que o senhor ou vigia pudessem dormir. Mesmo senhores que já haviam transitado para a vida nos Sobrados nas cidades, frequentemente eram induzidos ao retorno para casa rural para manutenção do devido controle (PRIORE, 2019).

Alojamentos dos negros da terra, termo usado para se referir aos indígenas escravizados, eram moldados na colônia geralmente ao fundo das propriedades dos senhores, próximos a cozinha e separados pela roça. Tais alojamentos na transição do século XVII ao XVIII foram gradualmente substituídos por Senzalas (PRIORE, 2016a). Com a vinda de imigrantes para substituir a mão de obra escrava em meados do século XIX, muitos fazendeiros buscaram aloja-los nas senzalas. Tais imigrantes passaram a exigir reformas nas localidades, pois eram mais semelhantes a cadeias do que moradas (SLENES, 2019).

No final do período colonial podemos observar em registros preservados, como os “Livros de razão” ou “Livros de Assentos”, o controle das finanças familiares. Preservaram memória referentes às transações diárias de compras, vendas e troca das famílias. Registravam também o financeiro conectado a eventos familiares como nascimentos e mortes, no que se refere a dívidas e prejuízos decorridos (ALGRANTI, 2018).

Em casos de atividades principais poderiam haver marcações direcionadas em livros específicos, como o caso da Fazenda Brejo do Campo Seco em 1796, a qual possuía um Livro do Gado” além do Livro de razão para as demais atividades de produção, ganho e despesas não vinculadas aos bovinos. (ALGRANTI, 2018).

Nos sobrados, no meio urbano oitocentista, a organização das estruturas físicas se dava em utilizar como morada o andar superior e da utilização do térreo como local de trabalho. Atividades essas que poderiam ser de artesão ou negociante. Se não utilizadas pelos próprios proprietários, o térreo passava a ser alugado como local de trabalho para escravizados ou artesãos livres (MATTOSO, 2019). De forma simples o “Sobrado” significava que a casa possuía um ganho em virtude do assoalho suspenso, que estava acima ou embaixo do piso. A realização de atividades exercidas no interior dos sobrados retirava a necessidade de deslocamento frequente de seus moradores (ALGRANTI, 2018).

Em comparação às casas rurais, as construções urbanas eram mais homogêneas, sendo construídas com materiais da localidade como madeiras e pedras. Suas diferenças tratavam-se dos sobrados e vivências que eram ocupados pela elite e foram resultado da diversificação econômica e crescimento urbano (ALGRANTI, 2018). Os sobrados eram estruturas, segundo Mattoso (2019), de alcance para os que possuíam fortuna entre 2 mil a 10 mil contos de réis.

Ainda segundo Mattoso (2019), metade de tais fortunas pertenciam as mulheres, que viviam majoritariamente do trabalho de seus escravos. Nas cartas de alforria, registradas em inventários do século XIX, pode ser observado descrições das atividades exercidas pelos escravos dessas mulheres. Comumente prostravam-se na rua em busca de trabalhos com

especialização mínima ou vendendo alimentos preparados em casa, mercadorias baratas ou quinquilharias.

Segundo Freyre (2004[1936]), o Sobrado preservou da forma como fosse possível as funções da Casa-Grande rural, guardava os valores do proprietário, seus bens e as mulheres. Os sobrados variavam em relação aos recursos dos seus habitantes e o contato com os costumes europeus, além do solo da região onde era construído. O interior das residências urbanas, entretanto era muitas vezes precárias em mobiliados domésticos, a razão para tal poderia ser em virtude de falta de recursos financeiros ou pela falta de artesãos competentes (ALGRANTI, 2018).

Dos inventários deixados pelos donos de sobrado, estudados por Mattos e Renaux (2019), um quarto destes eram de posse de pessoas que viviam como rentistas. A ideia de viver sem trabalhar era na verdade bem variada, poderiam ser apenas os que se retiram dos seus ofícios ou que passaram a viver como locadores dos escravizados ou mesmo agiotas.

Curioso é o que diz Freyre (2004[1936]), ao comparar as estruturas dos Sobrados com os Mucambos. Os Mucambos possuíam um clima não tão quente como o de muitos sobrados, pois possuíam ventilação e iluminação advinda das aberturas vastas, esse tipo de moradas era coberta também por telha ou zinco. Por outra lado, como diz Algranti (2019), as construções humildes causavam um desconforto em decorrência da aparência de seus ambientes internos e possuíam um trabalho cotidiano menos favorecido, fazendo com que elevasse a frequência de saídas para o mundo exterior, não se pensava ou cultuava a ideia de um lazer doméstico.

Como coloca Wallerstein (2001[1983]) referente ao processo de transição ao capitalismo, nos sistemas anteriores os indivíduos organizam suas vidas ao redor de estruturas estáveis, as unidades domiciliares. A unidade domiciliar fora a célula econômica engajada a partir de grupo constituído por graus de parentesco, envolvendo coabitação, uma característica que se torna menos importante com a mercantilização.

No momento em que o trabalho “produtivo” é associado ao assalariamento, realizado fora da unidade domiciliar, sendo executado principalmente pelo homem adulto e secundariamente pelos mais jovens. O trabalho de subsistência passava a ser considerado um trabalho não produtivo e a recair principalmente sobre a mulher. O trabalho produtivo ganharia um “local de trabalho” e o não produtivo permaneceria dentro da unidade domiciliar (Wallerstein, 2001[1983]). Nesse ponto se divide as duas definições de Econômico de Polanyi (2012[1968]), o local de trabalho adere a formalidade da maximização de ganhos com os recursos e identifica-se dentro da forma de mercado, enquanto o trabalho de subsistência permanece na relação do homem para com o meio natural, natureza e seus semelhantes.

A família brasileira no século XIX estava ainda passando pelo processo de separação organizacional dessas duas formas de produção econômica. Enquanto as Casas-Grandes passaram a financiar o comércio das cidades e permitir o nascimento da burguesia como uma classe comercial e anti-ruralista (DUARTE, 1966), começava-se a constituir uma família nuclear com um caráter mais moderno. No entanto o filho casado ainda permanecia na casa paterna e a preocupação com a alimentação ainda exigia das famílias que mantivessem o cuidado para com as roças de subsistência (MELLO, 2019).

2.4.3 A Formação da Oikos Brasileira

A estrutura de organização não poderia ser facilmente rompida mesmo pela vontade ou pelo interesse da mercantilização pois seu nascimento não surge de desejo, mas de necessidade. Como diz Prado Jr. (2021[1968]) a produção do açúcar se expressou em uma cultura que se prestava para a comercialização através das grandes plantações, resulta do esforço de muitos trabalhadores, para a plantação, colheita, transporte do produto aos engenhos para então vir a se tornar em renda. Duarte (1966) complementava que, um dos fatores físicos mais determinantes sobre a forma, estilo e organização da sociedade brasileira colonial advém da extensão territorial que dispõe o homem para acudir suas necessidades econômicas. Toda a produção teve de ser grande, a produção se baseava em espaço. Do açúcar, da explosão, da madeira, do gado, do Índio e do ouro, para devassar os territórios e ocupar até por fim o café e o cacau no século XIX, todas essas atividades exigiam grandes territórios. Na lei instituída pelo Alvará de 1688, o lavrador de cana tinha obrigação de possuir ao menos 500 covas de mandioca para cada escravizado e nenhum lavrador deveria dispor de 7 ou menos escravos próprios (PRADO JR. 1971[1942]).

Polanyi (2012[1968]), ao buscar definir a “economia doméstica”, destaca que “somente numa forma relativamente avançada de sociedade agrícola é que a economia doméstica se torna viável e generalizada”, destacando que a economia doméstica não pode ser considerada como uma forma primitiva de vida econômica.

Podemos utilizar de tal entendimento como ferramenta para esclarecer o paradoxo da sociedade brasileira na transição colônia. Uma organização social dotada de clã patriarcal escravocrata, aliada a produção agrícola mais avançada ao longo da colônia, como diz Torres (2020[1965]), a sociedade brasileira estava assentada sobre a mais estranha simbiose dos pontos mais avançados e primitivos da vida econômica em uma entidade única, a empresa industrial capitalista em bases rurais e escravocratas.

Como escrevera DaMatta (1997[1985]), no Brasil, mais importante que os elementos que estão em oposição é, na verdade, a conexão entre estes e sua relação, seus elos que conjugam seus elementos ao redor de uma mesma apresentação. Se apropriando de ideias de Polanyi, DaMatta complementa que um espaço⁶ não existe como uma “dimensão social” independente e individualizada, mas sim que se encontra misturado e interligado de outros valores para a orientação geral.

A Oikonomia, economia doméstica, definida como administração da casa traz a ideia de prover, não somente para si ou para família, mas também pode incorporar o prover para o senhor e para a cidade. A economia como questão da vida doméstica, a oikos, se constitui não de posses, mas de pais, filhos e escravos e diz respeito às relações das pessoas que compõem a instituição. O nascimento da Oikos, entretanto, não advém do cuidado do homem de si mesmo e da família. No recuar da história, o homem menos agia majoritariamente em benefício próprio ou familiar nos assuntos econômicos (POLANYI, 2012[1968]).

Como coloca Aristóteles (*Pol* 1253b) a propriedade é uma parte da família e a arte da aquisição é também uma parte da economia doméstica, pois sem ela as necessidades não seriam possíveis de serem satisfeitas para o viver e para o viver bem. A propriedade é um instrumento para a vida e o patrimônio é seu grande instrumento. A propriedade é parte da família, mas também é inteiramente em si, pois a parte não é somente parte de outra coisa, mas também é inteiramente da outra.

A Grande família patriarcal do Brasil colonial e oitocentista pode ser classificado como reminescente da família portuguesa, as capitanias com transmissão de propriedade plena e hereditária, além da fusão da soberania e propriedade (DUARTE, 1966). A família é completada pela Senzala e representa todo o sistema social e político, com o senhor do engenho se tornando verdadeiro dono do Brasil (FREYRE, 2006[1933]). Os moradores ao redor do engenho eram pessoas às quais o senhor concedia pedaços de terra em sua propriedade, facilitando a construção de habitações e plantações pagando ou não um foro (TORRES, 2020[1965]).

Polanyi (2012[1968]) define, em resumo, a Oikos como componente de uma avançada sociedade agrícola. Sendo capaz de fornecer, para toda a domesticidade presente no território, uma vida viável e generalizada. A organização colonial brasileira aponta nessa mesma direção.

⁶ Entende-se aqui a definição de “espaço” no que se refere a noção de realidade, não o local físico em si. Uma imagem da coisa existente enquanto existente, o aparecer fora do sujeito imaginante segundo o subjetivismo hobbesiano ou que o espaço não é real ou irreal, embora possa aparecer com determinações métricas para descrição da realidade. (ABBAGNANO, 2012)

O engenho de grande vulto e custo operado por numerosas forças de trabalho escravo (PRADO JR. 2021[1968]) como uma economia de escala de grande produção. Além disto o latifúndio brasileiro permaneceria forte mesmo após a abolição do morgadio⁷, ocorrida em 1835 e motivada em razão da estrutura econômica do país a época e tentativa de mudança decorrente da concentração populacional (TORRES, 2020[1965]).

DaMatta (1997[1985]) argumentava que a divisão entre os que analisavam a formação da sociedade brasileira se dava em dois grupos, os que lançavam seus olhos sobre as características da família e dos costumes contra os que observavam a economia e classes sociais. Dessa divisão resultava a incapacidade de englobar o objeto real da pretensão dos estudos. Enquanto o primeiro grupo lançava-se sobre a questão da dominação patriarcal, feudal e escravocrata na luta entre si pelo poder político em cenário variado de instituições e valores. O segundo grupo buscava o oposto, não se tratava de história com sujeitos compondo famílias, mas de um universo em que seus personagens representam os modos de produção e classes, com presenças ou ausências de instituições básicas como parlamento, industrialização, urbanização e movimentos operários.

O que aqui se tem buscado é fugir desta dicotomia, unir a “visão da casa” com a “da economia”. A casa que só faz sentido como coloca Freyre (2006[1933]) quando em contraste com o mundo exterior. A casa, descreve DaMatta (1997[1985]), que é local de trabalho e o local de trabalho que muitas vezes chamamos casa. Estabelecemos relações familiares, considerando padrões como pais (palavras que possuem mesma raiz) ou definindo empregados os filhos e a mulher. As relações de vida doméstica e da vida econômica se misturam e se confundem na história brasileira, a família e a mão de obra igualmente, relações de trabalho e de família se estabelecem muitas vezes no mesmo momento.

Antes de avançarmos para as modificações e rompimentos, ou tentativas, da ordem privada brasileira, não poderíamos nos ausentar de apresentar seus principais componentes humanos, já com frequência mencionados. Figuras que representavam as devidas posições fundamentais da organização privada até o século XIX e ao mesmo tempo determinantes da organização econômica do país.

⁷ Regime no qual o domínio do senhor era inalienável (TORRES, 2020[1965]).

2.5 OS AGENTES DO NÚCLEO DOMÉSTICO

As principais figuras que compunham a organização da casa brasileira, da colônia ao final do XIX, podem ser divididas em três grupos da organização privada, que eram fundamentais para que adquirissem sua composição.

Os três grupos se definem entre si, então antes de entrarmos em pormenores a cada um cabe uma breve explicação geral de suas relações. Partindo dos homens, mas mais precisamente dos senhores ou patriarcas, a figura do chefe e comandante da ordem privada. Este que é definido também como Senhor de escravos ou chefe de comunidade doméstica. Como diz Duarte (1966), se o senhor é o centro, o escravizado é a base, sendo este o segundo grupo. O escravizado era responsável por edificar a Casa-Grande e o Sobrado, o engenho e a fazenda. A base e o centro definem um ou o outro, não sendo diferente ao terceiro grupo, a mulher e sua posição se caracterizam pela sujeição econômica e política a qual é colocada diante do marido.

A relação do marido e da mulher, já desenvolvia Engels (2014[1884]), fora a primeira divisão de trabalho, no que se refere a criação do filho e constituiria o primeiro antagonismo de classe. A relação entre a mulher e o sexo masculino. O patrimônio ao se tornar o legado paterno, através de testamento estabelece um novo organismo social, do homem como centro. Configuração que estabelecia ao lado paterno a autoridade e direito sobre todos, mulher, filhos e escravizados

Engels (2014[1884]), também, discorre sobre a relação do escravizado para com a família. Em origem, a palavra família deriva do latim “Famulus” e seu significado estava atrelado ao escravizado doméstico, o total de escravizados domésticos pertencentes ao homem. O termo se expandiu a fins de englobar mulher, filhos e servos com a ascensão dos “Pater famílias” romanos. A concepção primária de família possuía uma relação com a escravidão. Complementa o autor que a família moderna contém o germe da servidão, pois possui em seu berço a relação do serviço agrícola, além de manter, em menor grau, o contraste desenvolvido na sociedade e Estado.

2.5.1 O Patriarca

Podemos iniciar essa exposição através da figura que simboliza o comando dessa ordem privada. Nos domínios rurais a autoridade do patriarca, proprietário de terras, não possuía forma de ser contrariada, não era passível de sofrer réplicas ou questionamento de nenhum outro indivíduo ou de alguma instituição. Era ele o chefe da família, ele o organizador da produção e ele o comandante político da região, tudo estaria conforme seu

capricho (HOLANDA, 2014[1936]). Como diria Engels (2014[1884]), o advento do homem para assumir a posição de supremacia prática no lar, marcava a remoção da última barreira para sua supremacia universal.

Passando da Casa-Grande do meio urbano aos sobrados das cidades, a mudança no controle exercida pelos patriarcas se dava mais acentuada pela redução das distâncias físicas e sociais estabelecidas entre o agente senhoril para com as atividades exercidas, sejam mecânicas, comerciais ou das indústrias, já em meados do século XIX, que estavam em primeiro nível de desenvolvimento. Essa aproximação acentua, em contraste, a ideia de antagonismos para com outras classes sociais. As senzalas nas cidades não poderiam ter mesmas proporções que possuíam no engenho rural, dessa forma a locação passou a ser exercida em quartos para criados na própria residência do senhor, estreitando sua proximidade física. (FREYRE, 2004[1936]).

A aproximação e contraste do senhor e do escravizado, o responsável por forte esforço físico, era visível também ao olharmos para a alimentação de ambos. A nutrição destes dois extremos, estranhamente, era a que mais se aproximava. O escravizado necessitava para que fosse possível se portar no trabalho duro, conseguindo reforço alimentar através da garapa e mel produzido nos engenhos de cana. Enquanto o senhor obtinha através de alimentação baseada em bens comprados e importados, tendo maior variação alimentar (PRIORE, 2016a).

Mesmo quando fisicamente ausente no lar, o pai da família ainda permanecia com sua imposição sobre os demais. Dominava a precária vida privada, era de sua responsabilidade, em teoria, observar e cuidar de tudo. Comandava os trabalhadores e delegava o que seria distribuído como alimento e os castigos impostos. Era de sua responsabilidade estabelecer a lei dentro da casa (PRIORE, 2016b)

Nos domínios rurais a organização da família seguia as normas clássicas do direito romano, mantidos na península ibérica através de gerações e levados para a colônia. Mantinha a autoridade do pater-famílias, mantinha os escravizados das plantações e das casas, dilatando o círculo familiar (HOLANDA, 2014[1936]). Foi mantida, até meados do século XIX, a ideia de uma família composta pelos escravizados e homens livres.

Como descreveu Freyre (2004[1936]), a figura do pai era associada com as mutações na economia e no desenvolvimento da urbanização ou impeditivo para ela. O pai fora, durante muitos séculos no Brasil, diz Priore (2016b), não somente mecanismo fundamental para as famílias, mas principalmente do poder destas. O patriarca permitia realizar uma articulação e integração da família com o Estado e a Igreja. O senhorio, como nomeia Duarte (1966), que anteriormente possuía o mando em suas terras, passava, através de suas conexões econômicas

e no decorrer do século XIX, a continuar sua influência nas esferas de poder do Estado. Exercendo o poder da aristocracia rural em outra posição.

Segundo Oliveira Vianna (1952[1922]) os governos do país ficavam reduzidos para com as múltiplas governanças patriarcais distribuídas pelos distritos. Eram os patriarcas que governavam, legislavam e estabeleciam os valores de justiça. Eram os senhores que estabeleciam os confrontos com os índios, em defesa dos que habitavam sua casa e moradores ao redor das fazendas. Como diz Duarte (1966), no período regencial o caminho político seguro estava na política do senhoriato, adotando um povo politicamente incipiente e com representação de classe dotada de um propósito econômico. Como sustentáculo da paz do Império estava em seu esteio o senhoriato territorial, que igualmente representava a força econômica e o poder material do Estado.

Contrapõe Holanda (2014[1936]) que após a independência os senhores passaram por um processo de perda de muitos de seus privilégios. Com a ascensão das ocupações cidadinas e da atividade política, assim como a burocracia e as profissões liberais. No entanto seria mais preciso colocar que alguns senhores, os de famílias mais ricas e poderosas, passavam a alocar sua atenção para outras realizações além do campo, como diz Freyre (2004[1936]), estes passavam a jogar seus olhos sobre carreiras políticas de seus genros bacharéis. Dessa forma a própria o núcleo familiar patriarcal iniciava um processo de transferência, da nobreza rural para uma aristocracia burguesa intelectual, dado que este gênero comumente advinha da família de comerciantes, unificando as forças econômicas e a força política tradicional.

É somente na segunda metade do século XIX que se inicia reformulação na organização do interior da morada, a família ideal passa a ser observada com a mulher no interior do lar e o homem no lado de fora. O domicílio e o local de trabalho iriam iniciar um processo de divórcio para se tornarem espaços distintos posteriormente (PRIORE, 2016b).

Nas fazendas senhoriais do café e nas estâncias de fidalgas da vida de seus senhores, iniciava um distanciamento de senhores de escravos no íntimo do patriarcalismo. Com o rompimento da organização patriarcal, ao final do século XIX, se iniciava, em um processo de amadurecimento e desintegração da organização da família, da economia e da cultura herdados do período colonial. O processo se deu em duas categorias: Primeiro o declínio do patriarcalismo partiu do rural ao semirural, para então atingir o semiurbano e urbano ao final. A segunda categoria no desenvolvimento e dispersão do pensamento individualista da economia e cultura assim como um particularismo na organização familiar (FREYRE, 2004[1936]). O rompimento do patriarcalismo conecta-se diretamente ao rompimento da ordem privada que será tratado no capítulo 3.

Rompimento patriarcal contribuiria igualmente para dar condições da ascensão do trabalho assalariado no país, somado com a proibição do tráfico e posteriormente da abolição. Na introdução da indústria no século XIX no Brasil, jovens passavam a ser transformados em “proletariados”, como diz Priore (2016b), eles, inicialmente, representavam uma “ajuda econômica”, um reforço para o orçamento doméstico. Os pais e patrões, ou os dois em um só, observavam a fábrica como uma escola para os jovens, uma formação para o cidadão do futuro.

Como coloca Wallerstein (2001[1983]), se calculássemos quantos domicílios obtiveram através do assalariamento, dos trabalhos fora de casa, mais da metade da renda real, o percentual representaria baixo, isto sendo válido dos séculos anteriores ao século XX. O autor explica que em todas as partes o produtor responsável pelo emprego do trabalho assalariado possui preferência por pagar o menor nível salarial, pois a remuneração que os trabalhadores podem aceitar se modifica conforme o tipo de unidade domiciliar na qual estão inseridos.

Para um mesmo trabalho e com igual eficiência, os assalariados que estão conectados a uma unidade domiciliar dependente da renda de salários tendem a buscar patamar monetário mais elevado para modificar sua atividade ao invés de se dedicar às atividades no seio doméstico. Já o trabalhador assalariado de domicílio, pouco dependente da renda salarial, acabam por aceitar menores salários. Nessa situação passa a existir um grupo de pessoas disponíveis permanentemente para o emprego, seguindo proximamente da melhor oferta. Desse modo o mercado de trabalho passa a ser o local da venda da força de trabalho proletária (WALLERSTEIN, 2001[1983]).

Em conclusão, o status de patriarca, do homem oitocentista, passa a ser dissolvido no decorrer de seu afastamento do núcleo doméstico para se consolidar fora deste, no meio público, e sua contribuição econômica, em paralelo, se modifica, decorrente da nova demanda por mão de obra, da proletarização e da ascensão de nova classe política.

2.5.2 A Mulher

Como diz Freyre (2004[1936]), sem a mulher estável, a mãe de família, não seria possível imaginar a Casa-Grande do engenho. A mulher, diz Algranti (2018), desempenhou ao longo de todas as civilizações o papel de provedora de alimentos para a família e responsável para com a organização doméstica. No Brasil, nos primeiros anos da colonização, faltava a mulher branca, recaindo também sobre as índias o papel do preparo da mandioca, do socar o milho, do trançar as fibras e fazer as redes, assim como o moldar do barro.

Como diz Mattoso (2019), no engenho típico da província da Bahia, já no século XIX, é a dona de casa a responsável por dirigir os trabalhos por todo o dia a dia. Uma equipe de cozinheiras, as amas dos meninos, os carregadores, fiandeiras, costureiras, lavadeiras, passadeiras, mas não só essas atividades consideradas do núcleo feminino. A senhora da casa também ficava a cargo de observar os pintores, pedreiros e barbeiros.

Como destaca Freyre (2009[1922]), as donas de casa eram responsáveis, após realizarem as compras pela manhã, a dirigirem para os diversos tipos de trabalho dentro da casa. A dona de casa brasileira era dotada, na Casa-Grande dos engenhos e fazendas, de uma grande capacidade administrativa. A mulher senhorial passava a maior parte do tempo no interior do domicílio, ainda quando o homem passava a se valer na rua e nos espaços públicos.

Como diz Priore (2016a), ao final do século XVIII, mais precisamente entre os anos de 1779 a 1789 a população livre era composta de 52,6% por mulheres. Esse número advinha das muitas filhas e viúvas de senhores, as quais possuíam participação das atividades do engenho, na moenda da cana, tendo até escravas responsáveis por trabalhar nas partes de maior exigência física. A senhora responsabilizava-se pela vigia do recipiente o qual escoava o mel e realizava a varredura da casa de caldeira. Segundo Antonil (2022[1711]) não era incomum a mulher, no meio rural da colônia, utilizar até mesmo da foice e enxada tal qual os homens.

A organização brasileira convinha mais a mulher que permanecesse em casa ao invés de sair, pois para o homem seria mais desonroso o ato de permanecer, pois deve ser responsável por cuidar também dos negócios fora de casa. A relação entre o homem e mulher se faz necessária para cumprir os desígnios da vida comum, a mulher necessita estar em casa, e que certas coisas não só podem como devem ser controladas pela esposa, ao tratar-se do governo da casa. A esposa deve ser a senhora do que se passa no interior da casa e não prestar atenção nos assuntos da cidade, assim como não interferir no matrimônio dos filhos.

No caso brasileiro, se por um lado não deveriam interferir na decisão de matrimônio dos filhos, o qual era decidida pelo pai, eram responsáveis pela tarefa da educação dirigida ao casamento, desempenhada enquanto mãe e esposas (ALGRANTI, 2018).

Ao estabelecer o matrimônio, a mulher passava a ser associada como “filha de seu sogro” do que de seus pais de origem, e irmã dos cunhados mais do que de seus próprios irmãos. Não era estranho o casamento de característica endogâmica, para fins de reduzir os riscos incorridos ao aparecimento da nora. O casamento bem sucedido era aquele que seguia o modelo da antiga sociedade rural, mesmo nas casas da cidade. A felicidade do casal era

questão de menor importância, mas importava a permanência dos bens vinculados à família, sua propriedade e a continuidade geracional (MELLO, 2019).

Na família patriarcal e na família monogâmica, diz Engels (2014[1884]), a administração da casa perdera o caráter público que possuía nas sociedades primitivas e passava a se tornar um serviço privado. A mulher passava a ser a primeira empregada da casa, sendo também excluída da participação na produção social. Como diz Duarte (1966), a função econômica e política exercida pelo homem e pela mulher eram explicativas da sujeição da mulher brasileira.

As atividades das mulheres no meio doméstico não eram, entretendo, desprovidas de complexidade. Enquanto o trabalho nas plantações não exigia uma mão de obra especializada, buscava-se o homem escravizado disponível, a fabricação do açúcar requer técnicos competentes (MATTOSO, 2019). Da mesma forma, o uso do fogão exigia dos seus responsáveis saberes específicos, o controle da temperatura, a sempre constante lenha na mão e conhecimento claro do tempo de cada receita. No preparo dos alimentos, o devido manuseio dos utensílios e matéria prima requer o conhecimento genuíno de especialistas, a atividade da cozinha era, à época, tarefa que não se devia destinar para leigos (PRIORE, 2016b).

O asseio da limpeza, do comando das escravas e dos índios domésticos, além da indústria caseira não poderia ser negligenciado pela mulher, assim como a preparação do alimento (ALGRANTI, 2018). Nos sertões de Goiás, no Império, cabia para as mãos femininas o preparo de ao menos cinco refeições diárias, que seriam servidas em casa tanto para a família, incluindo os homens e mulheres escravizados e empregados, além de peões e viajantes quando alojados nas propriedades (PRIORE, 2016b).

As mercadorias vendidas no tabuleiro das mulheres e homens escravizados, geralmente quitutes, bebidas e bordados, eram majoritariamente feitas pelas senhoras donas de casa. Essas não poderiam, devido sua posição, realizar a tarefa de vendê-los mesmo se desejassem, em virtude da exposição nas ruas, mas no preparo comandavam a tarefa (MATTOSO, 2019). Os doces poderiam passar também da cozinha para a rua através dos tabuleiros das negras já forras, vinculadas ou não as senhoras (PRIORE, 2016a)

A mulher era o centro de toda a rotina familiar, como diz DaMatta (1997[1985]), deixando os ritos políticos para a atividade do homem. O autor observa que a representação brasileira para nível global, é mais forte nas figuras de suas personagens femininas, como Dona Flor, Iracema, Capitu e nas suas múltiplas Marias, apontando que o feminino brasileiro assume um aspecto relacional básico na estrutura ideológica, como mediador. As mulheres

são as mediadoras no Brasil do que tange a ligação da esfera privada, no que tange o ventre, o sustento e cuidado da vida, para com o meio público, representado na figura do homem.

A mulher foi a responsável pelo estímulo da arquitetura doméstica brasileira, advinda dos desejos da mulher europeia que substituiu a posição da índia ou negra no passar dos séculos colônias. A arquitetura então adquirirá caráter mais nobre e duradouro através de suas exigências (FREYRE, 2004[1936]).

No período de acentuada imigração, era observado um contraste entre a dona de casa alemã e a brasileira. A dona de casa brasileira sofria um discurso de ser considerada como uma “má dona de casa”. Tal nomenclatura decorria do modo de vida desenvolvido nas relações de trabalho nas corporações de ofício brasileiras no período imperial, nas quais a mulher brasileira desenvolvia papel ativo ao lado de seus maridos, essa aproximação com o exterior produziu o contraste com a dona de casa alemã, fixada apenas no lar (ALENCASTRO; RENAUX, 2019).

A colocação de Engels (2014[1884]) é fundamental para entender como a posição da mulher viria a se modificar no Brasil, O autor como que, se historicamente é no aumento da riqueza em que a posição do homem se eleva no seio familiar e passava a ser superior em relação a mulher, seu primeiro efeito foi o estabelecimento da família patriarcal. Essa família caracteriza-se pela organização de certo número de pessoas livres e não livres sob a autoridade paterna do chefe da família. No surgimento da grande indústria a produção passaria a ser novamente aberta para as mulheres e sua retirada da casa ao mercado de trabalho e para fabrica faria o último domínio do homem sobre o lar perder sua totalidade.

No entanto, no século XIX brasileiro, a ênfase na vida doméstica e no escravismo permaneciam agravando o ritmo lento do desenrolar da vida feminina. A ideia de fornecer instrução para filhas e esposas, assim como a de alocação para posição de trabalho fora de casa era uma decisão que poderia colocar em risco todo o sistema de controle (PRIORE, 2016b). A mulher permaneceria impossibilitada da obtenção de formação educacional equiparável a do homem, impedida da atuação na esfera pública e ainda condicionada a permanecer do espaço privado no nascimento da República e pelas décadas seguintes.

2.5.3 Os Escravos

O escravismo, como já mencionado, fora um dos pilares da ordem privada. Com dito por Duarte (1966), a produção do grupo familiar estava desenvolvida em três condições, a propriedade imóvel, a função política e a escravidão. Quase toda atividade exercida pelas mulheres ou por patriarcas estava, em algum nível, associada aos escravos.

Freyre (2006[1933]) colocava que se enganam os que tem por entendimento que a corrupção, adulteração, do português provém das empreitadas de colonização na África, Índia ou Brasil. O português projetou em ao menos dois terços do mundo uma grande sombra escravocrata e o comércio marítimo que proporcionou o imperialismo colonizador. No entanto, se tivessem sido somente tais fatores Portugal ainda permaneceria um país de caráter agrícola, mesmo que arruinado, e autônomo. O que produzira a real corrupção da sociedade portuguesa, não fora a escravidão colonial, mas sim a escravidão doméstica, conclui o autor.

Se observarmos a forte presença de escravizados no Norte da Europa do século XVIII, não observamos, na mesma proporção, um conforto doméstico dos brancos. No entanto, na Casa-Grande da América portuguesa não era estranho o ato de subir, das senzalas, mulheres e homens escravizados para realizarem serviços delicados e próximos aos senhores. Essa alocação era voltada para o serviço doméstico mais fino e focado em atender as exigências físicas e morais dos senhores, mulheres, filhos e visitas. Escravas selecionadas eram reconhecidas como as melhores escravas das senzalas, colocadas nas posições de amas de criar ou de mucamas⁸ e passaram a ser reconhecidas como pessoas da casa (FREYRE, 2006[1933]). Proximidade e sujeição andavam lado a lado, naturalizando o controle no trabalho doméstico.

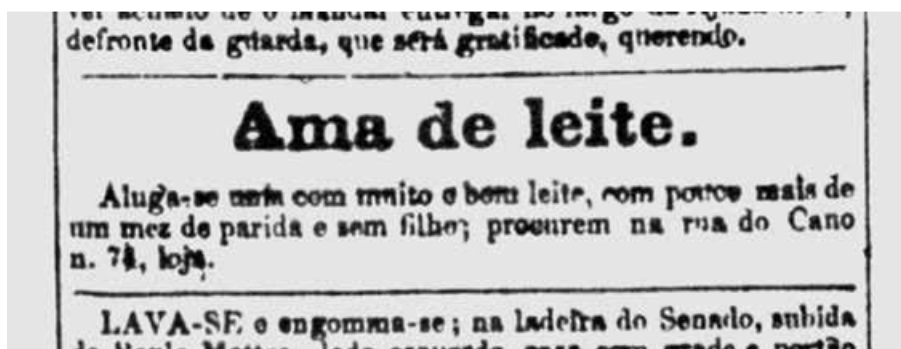
As escravas eram responsáveis ora por cozinhar os quitutes ora por vendê-los como ambulantes, quando não ficavam encarregadas de ambas as tarefas. Havia casos de processo de contratação de escravas notoriamente proficientes na cozinha. Jornais do século XIX constavam em seus catálogos anúncios que buscavam escravas ou criadas com conhecimento de culinária, limpeza e outras atividades. As escravas nem sempre eram compradas, mas muitas vezes alugadas de seus donos de origem, não possuindo distinções dos serviços a serem executados, em horários pré-determinados ou período fixo para cumprir, trabalhando em tempo integral. “Precisa-se, para casa de família, de uma criada, não se olha as cores, quer-se que saiba cozinhar o trivial e muito limpa; para tratar na rua Princesa dos Cajueiros, n. 92” (PRIORE, 2016b).

Aluguel de escravas era prática comum em meados do século XIX. Diferente do costume europeu, era frequente a presença de escravas quando se tratava da amamentação dos filhos dos senhores. Alguns pequenos senhores de escravos buscavam alugar suas escravas para terceiros em períodos pós-natal. A prática de contratações para amamentação fora naturalizada, de modo que após a abolição do tráfico de escravos e a redução da

⁸ O termo *Mukama* advinha do quimbundo, das aldeias de Angola, e se refere aos escravos domésticos de ambos os sexos (ALENCASTRO, 2019).

disponibilidade de escravas, a ponto que não era incomum anúncios que buscavam mesmo mulheres brancas para cumprir a função, exigindo que fossem saudáveis, carinhosas e com abundância em leite. A migração de portugueses dos Açores iniciou processo de competição com as mucamas no aluguel para amamentação na corte brasileira (ALENCASTRO, 2019).

Figura 5 - Anuncio do aluguel de amas de leite cativas aos senhores urbanos



Fonte: Caderno de Imagens “Império: a corte e a modernidade nacional” ALENCASTRO (2019)

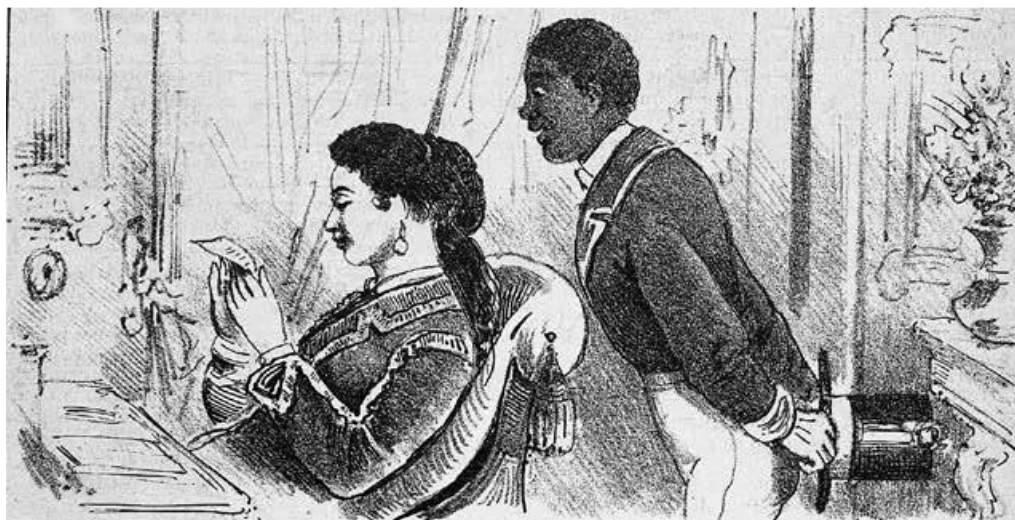
A importância dos criados no costume doméstico iniciou-se na Colônia, sejam estes negros ou indígenas. O escravizado se encontrava em diversas atividades, nos campos das fazendas ao interior das casas, não somente nas cozinhas ou nos leitos das grandes fazendas, mas compartilhava o cotidiano dos seus senhores, seja no trabalho ou na divisão da comida com os proprietários mais pobres que cercavam os grandes engenhos (ALGRANTI, 2018).

A questão da alimentação do escravizado em relação a do Senhor dos escravos é complexa. Diz Priore (2018), que há consenso de que os escravizados eram mal alimentados por seus senhores e, em decorrência deste fato, a grande maioria se via na necessidade de roubar alimentos ou de mesmo cozinhar ratos e outros animais que encontrassem nos canaviais. A comida que lhes era entregue se tratava de farinha de mandioca, junto de carne-seca ou de peixe, geralmente na junção com subprodutos do açúcar para estímulo do trabalho. Diz Freyre (2006[1933]), entretanto, que apesar da falta de primor culinário na alimentação do negro no engenho, seria o mesmo o elemento mais bem nutrido na sociedade patriarcal, por possuir alimentação mais equilibrada que a parte majoritária dos brancos. A alimentação era precária, isso é inegável, no entanto o parâmetro comparativo dificulta uma conclusão.

Diz Abreu (2009[1907]) que, o serviço doméstico tocava aos escravizados e que estes sempre se observavam em número excessivo, pois cada um deles vivia com pouco em sua alimentação. Devido aos mariscos abundantes em algumas regiões, o peixe barato e aos múltiplos quitutes. Alguns dos homens e mulheres escravizados, já no Império, passaram,

com permissão de seus senhores, para o aprendizado de ofícios ou procuravam ocupações de seu gosto, sem deixar de entregar parte do obtido para seus senhores. Estes senhores, que passaram ao aluguel de escravas, perdiam também espaço na disputa com os grandes proprietários.

Figura 6 – Coabitação dos cativos e criados domésticos.



Fonte: Caderno de Notas “Império: a corte e a modernidade nacional”

(A Semana Ilustrada, 1872) ALENCASTRO (2019)

Os trabalhos tipicamente exercidos no ambiente doméstico patriarcais pelos escravizados se expressavam como cozinheiros, copeiros, amas de leite, carregadores d’água, moleques de recados e de mucamas (FREYRE, 2009[1922]).

A escrava trazida, ainda na colônia, para o contato direto na Casa-Grande, passava por um processo de seleção praticamente eugênica, buscava-se as bonitas de cara e de corpo, com todos os dentes da frente para as posições de pajens, mucamas e molecas (FREYRE, 2006[1933]). No Império iniciou-se crítica da relação de aproximação para com as cativas, pois recebiam roupas e alimentação suplementar, passando a “ostentar luxos e prosperidade da casa”. Além disso, os filhos das amas de leite, que se juntavam ao cotidiano das casas e dos senhores, eram acusados de serem mimados em virtude da aproximação de tratamento com os filhos dos senhores (PRIORE, 2016b).

Se constituiu no Império o costume da alforria ao término do aleitamento, deixando a muitas escravas a esperança de possuir distinção das demais em virtude de amizade para com

seu senhor. Aceitava-se a sujeição através de uma aproximação com expectativa de superação (ALENCASTRO, 2019).

Ao longo do século XIX, observa Slenes (2019), ocorre um empobrecimento dos pequenos senhores de escravos, devido aos riscos incorridos para o pequeno agricultor ao optar por orientar sua produção com foco na exportação. A taxa de mortalidade da população escrava estava na casa dos 5% ao ano, dessa forma era necessário um planejamento sobre em quais escravos investir. Decisão que resultou no aumento no censo de 1829 nas atividades mais seguras, como as de “carpinteiros”, “alfaiates” entre outras, por parte dos pequenos proprietários de escravos. Os que compravam seus primeiros escravos tinham de contar com a sorte de que não fosse este a fazer parte da estatística.

A escravidão no Brasil fora eminentemente caseira e apoiada na instituição familiar para que fosse possível desenvolver sua economia própria, interna. O escravizado era a peça central para que fosse possível o estilo de vida e o domínio social e econômico do senhor. A ideia de domínio através do constrangimento e subordinação dos demais (DUARTE, 1966).

O escravizado do lar, diz DaMatta (1997[1885]), possibilitou por um lado uma flexibilidade do sistema que envolveu toda a sociedade brasileira sem ser, contudo, menos cruel ou mais humano que qualquer outro. Criava esse sistema de relacionamentos interpostos, dilemas e exprimia o lado horrendo do humano. As posições representavam lógica complementar perfeita, de um lado o escravismo, com escravizado se relacionando por lealdade, simpatia ou substância, por outro um liberalismo impessoal.

A escravidão aviltava a ideia de trabalho de homem livre na órbita das propriedades latifundiárias, impedindo a diferenciação de classes profissionais, que se deslocavam para as cidades buscando afastamento da sujeição das Casa-Grande. Se o escravizado era encarregado de determinada atividade, o trabalhador livre acabava por ser impossibilitado de viver desta atividade pois não era possível competir pelo mesmo espaço (DUARTE, 1966).

Dizia Engels (2014[1884]), que a economia latifundiária baseada no trabalho escravo não era em seu tempo a atividade necessariamente mais lucrativa, mas que fora a única forma possível de realizar-se a agricultura em grande escala. No Brasil, diz Duarte (1966), que o homem livre, dono de pequena propriedade seria improdutivo, não em decorrência da pequena extensão de seus domínios, mas mais precisamente em decorrência da falta de braços para mão de obra. Dessa forma, para permanecer nesta produção, necessitava estabelecer-se como senhor de escravos.

O senhor deveria prover de escravizados diligentes, administradores e trabalhadores. Trabalho, punição e alimento deveriam ser devidamente distribuídos. Não se era senhor

apenas por adquirir escravos, mas por saber se servir deles. Deveria também ser cuidadoso em manter convivência de escravizados de mesma etnia, sendo comum a compra de escravizados de origens diversas, dificultando ou impossibilitando a comunicação. A escolha por grupo de escravizados de mesma região se dava em caso de interesses na aptidão vinculada a terra de origem, a exemplo de escravizados que já exerciam tarefas de mineração na costa africana, os que ficaram conhecidos como “escravos minas” (LOPES, 2022[1944]).

O negro escravizado era, juridicamente até a abolição e socialmente após ela, um ente desprovido de qualquer direito civil, liberdade, honra ou reputação no século XIX. Seus direitos se reduziam para conservação da vida e integridade do próprio corpo, só assim caberia alguma reclamação contra seu senhor. A legislação imperial enfatizava o sentido comercial da relação escravista, exacerbando inicialmente o poder privado dos senhores sobre os cativos, mera propriedade. O discurso oficial do Império dispensava o argumento “científico” sobre as diferenças raciais para legitimar a escravidão, o argumento era econômico (MATTOSO, 2019).

Diz DaMatta (1997[1985]) que o escravizado não constituía somente elemento econômico e jurídico, as mediações entre senhor e o escravizado não se mediam somente por esses fatores, mas sofriam a interferência das simpatias e relações estabelecidas pela proximidade e eram reconhecidas em nível moral e social.

O escravizado era propriedade particular, cuja posse e gestão demandavam o aval da autoridade pública. A vida privada escravista se desdobrava sobre a ordem privada internalizada de contradições para com a ordem pública. O escravizado passava a ser captado pela malha jurídica do Império, que reconstruía a escravidão em um quadro de direito moderno, visando projetar-se para a contemporaneidade (ALENCASTRO, 2019).

Na transição do trabalho escravo para o livre surgiram diferentes novos problemas, como a rotatividade dos empregados, abandono do trabalho e a falta de regulamentação das relações entre patrões e empregados. Em virtude disto, iniciou-se uma tentativa de regulamentação da atividade do criado, para que não fosse entendido exclusivamente como trabalho escravo. O código civil de 1886 passou a definir o criado como “toda pessoa de condição livre, que mediante salário convencionado, tiver ou quiser ter ocupação de moço de hotel, hospedaria ou casa de pasto, cozinheiro, copeiro, cocheiro, hortelão; ama de leite, amaseca, engomadeira, cozinheira, costureira, e em geral querer serviço doméstico” (PRIORE, 2016b).

A transformação do passado colonial para uma estrutura moderna de sociedade passava pela mudança do trabalho servil para o trabalho livre (PRADO JR, 1971a [1933]).

Ocorria ao final do império um aumento do número de escravizados que se tornaram supérfluos para os senhores e eram então dispensados, enquanto a quantidade de homens livres miseráveis crescia continuamente (ALENCASTRO, 2019). Antigos escravizados passavam, especialmente após a abolição, a transferir tutela de seus filhos para antigos senhores em troca de recursos de sustento e os senhores asseguravam a posse de crianças pobres como trabalhadores (PRIORE, 2016b)

O escravizado, homem ou mulher, o patriarca e sua mulher representavam em conjunto toda a atividade presente nessa ordem privada, cada qual com sua posição definida.

É da demarcação da posição desses três agentes que a ordem privada se mantinha. A mulher vinculada à residência é impossibilitada de atuação política ou mesmo de serviço fora do seio doméstico, servindo somente como ponte ao patriarca. Este que carregava a imagem de chefe da ordem privada ao mesmo tempo que deveria lidar com as demandas advindas de fora do núcleo doméstico, caracterizado pela imposição de sujeição aos demais, como a própria mulher e os escravizados. Os escravizados, homens ou mulheres, que mantinham a base da ordem doméstica, recebendo e executando as ordens, sejam mulheres nos trabalhos domésticos ou dos senhores nos campos. Esses três agentes representam a família de função econômica é fundamental a ordem privada, dando a ela as características do trabalho vinculado à domesticidade, na relação de controle econômico e político vinculado à sujeição. O rompimento de suas posições na organização social levaria também ao rompimento dessa ordem.

3 ROMPIMENTO DA ORDEM PRIVADA E O DESLOCAMENTO DO PODER PRIVADO

Prado Jr (2021[1968]) afirma que, uma sociedade apenas é caracterizada através do contraste que se estabelece após o término da mesma com a que a sucede. Considerando esta ideia, para entendermos a derrocada da ordem privada no século XIX, é preciso olhar para o que emerge na sociedade brasileira na segunda metade desse século e que viria a produzir uma nova forma de organização, mesmo que ainda condicionada em virtude do estabelecido nos quase quatro séculos pregressos.

Diz Mello (2019) que, a historiografia convencional desconsiderava um fator, de que a realidade do engenho de açúcar apenas surge nas páginas da literatura para análise quando o mesmo já não mais existia em seu vigor e o trabalho já então estava transformado em trabalho livre. As usinas comportavam não mais o trabalho escravo e o senhor de engenho já se via reduzido ao papel de um mero fornecedor de cana.

Holanda (2014[1936]) lista uma série de mudanças que se iniciavam a partir da década de 1850, afirmando que a civilização brasileira que possuía suas raízes no meio rural começava a mudar. Em 1851 as sociedades anônimas nasciam e o segundo Banco do Brasil era criado. Em 52 a primeira linha do telégrafo e em 53 surgia o primeiro banco rural e hipotecário, enquanto em 54 a primeira linha de estrada de ferro conectou o porto de Mauá até a estação Frágoso no Rio de Janeiro. Essas mudanças rompiam a falsa autossuficiência do grande proprietário, agora passando a se financiar diretamente pelo Estado, as distâncias foram encurtadas e a concentração de atividades no meio doméstico já não precisava se fazer tão rígida.

Essas mudanças configuram os componentes para uma modernização social e econômica do país. Aliava-se a esses fatores, ainda na segunda metade do século XIX, a introdução de novas máquinas, adquiridas sempre acompanhadas de um maquinista que, segundo diz Freyre (2004[1935]), assim como a máquina era europeu. Ia-se diminuindo gradativamente a importância do escravizado, não dotado do conhecimento para lidar com essas novas tecnologias.

Em decorrência desta mudança, se perdia a relevância da figura do senhor, a imagem do proprietário branco em contraposição ao servo preto, pois o trabalhador agora poderia ser até mesmo mais branco que seu “senhor”. A vitória da máquina, ressalta Freyre (2004[1935]), seria a ruína do sistema baseado exclusivamente no trabalho escravo. Diz Mattoso (2019), que passavam a existir trabalhadores assalariados, no meio urbano, que eram ao mesmo tempo

proprietários das casas onde moravam com suas famílias, não mais dependentes do convívio obrigatório com seus empregadores.

A economia açucareira sofria no século XIX um novo grande impacto, a inovação tecnológica também adentrava seus domínios, passando a necessitar de instalações que utilizam do vapor como sua força movente. Nesse processo os antigos senhores do açúcar iam gradativamente se tornando meros fornecedores de açúcar cru e os trabalhadores perdendo espaço no processo de transformação da cana. Os sobreviventes nos negócios migravam para se tornar acionistas ou donos dessas novas empresas. Mudavam-se para as cidades e deixavam a Casa-Grande nas mãos de administradores, produzindo um pequeno patronato gerencial (RIBEIRO, 2015[1995]).

A introdução do trabalhador livre, quase sempre imigrante, iniciada com a proibição do tráfico legal de escravos em meados do século XIX iniciava também um rompimento para o domínio da ordem privada. O trabalho caracterizado pelo controle e submissão poderia começar a ser rompido. Embora, no meio rural, muitos imigrantes ainda fossem alojados nas antigas senzalas, ao trabalharem nos campos de café, como diz Slenes (2019), alguns passaram a solicitar por moradias mais apropriadas, ou mesmo se afastar da sua localidade de trabalho. O trabalhador passava a não mais estar necessariamente vinculado ao meio doméstico de seu, agora, patrão, e não mais senhor. O local de trabalho começa a se separar do meio doméstico.

Ao observarmos a família brasileira do final do século XIX, já não mais possuía a função econômica como intrínseca em seu núcleo. O trabalho não estava mais atrelado aos domínios familiares, o processo de proletarização rompia esse modelo. O espaço de trabalho e o espaço doméstico começam a ser melhor definidos (DUARTE, 1966). No campo as residências separadas dos imigrantes e o deslocamento às terras de seu patrão, na cidade o surgimento de fábricas aglutinadoras de mão de obra. Com a introdução da indústria o jovem já poderia adquirir profissão não vinculada ao seu seio familiar (PRIORE, 2016b). Em décadas subsequentes, já no início do século XX, outra mudança distorce a ordem privada, a entrada da mulher no mercado de trabalho, estando agora não mais restrita ao ambiente doméstico.

Afirma Torres (2020[1965]), que é a partir da década de 1930 que se inicia uma modernização no país, um momento no qual as ferrovias foram capazes de conectar cidades e passaram a produzir modificação veloz do sistema de transporte de mercadorias e pessoas do litoral ao interior do país.

Apesar da introdução tecnológica ainda em meados do império, ressalva Prado Jr (2021[1968]), que um surto industrial apreciável apenas seria identificável a partir dos últimos anos do império, no qual em 1888 possui pouco mais de 600 estabelecimentos e apenas em 1895 chegaria a passar dos mil. Mais destacável no período do Império fora o rompimento que se produzia através do fim das Casas-Grandes e a passagem de uma vida rural para uma vida majoritariamente urbana por parte dos patriarcas, destaca Freyre (2004[1957]) que, a derrocada do prestígio do patriarca se alinhava com o fim do Império e seria sua ruína.

No século XIX, filhos de comerciantes, brancos ou mestiços, passavam a ser comumente identificados ao lado dos filhos dos senhores ou de militares em postos elevados, pois os primeiros estavam comprometidos a se tornarem cunhados dos segundos. Os senhores desejavam esses filhos dos comerciantes como futuros maridos para suas filhas. A imagem antes vil da atividade do comércio, em decorrência das dívidas que se colocavam muitos desses senhores, mudava de expressão e em seu lugar se estabelecia uma aliança e proximidade. Não era de todo incomum que os filhos biológicos dos senhores fossem, mesmo que gradualmente, substituídos por seus cunhados, em decorrência do casamento de suas irmãs (FREYRE 2009[1922]).

A sociedade cafeeira, crescente no século XIX, era representada por uma elite mais permissiva em relação a mudanças sociais e de hábitos possibilitando novos caminhos para as decisões das elites (MAUD, 2019). A elite cafeeira passava a deter maiores poderes políticos ao final do período imperial, iniciava uma disputa no interior do Estado pela apropriação da renda nacional e deformava características da sociedade brasileira apresentadas até o momento (RIBEIRO, 2015[1995]).

O empobrecimento dos pequenos senhores de escravos se tornava comum a partir da metade do século XIX, em decorrência dos altos custos e riscos que enfrentavam os pequenos produtores agrícolas na tentativa de transição de sua produção para atender maiores mercados e da abolição do tráfico que encarecia o custo com a mão de obra (SLENES, 2019).

Paralelamente surgiram concepções, a época científicas, de que era necessário, por parte do Estado, interferir nos núcleos familiares. O intuito de tal ação seria o de modernizá-los e ao mesmo tempo moldar uma nova “ordem social”. Surgia a ideia de um novo lema como “Ordem e Progresso”, que transmitisse a finalidade da construção de um país civilizado e de acordo com os parâmetros europeus ou estadunidenses (PRIORE, 2016b).

Diz Duarte (1966) que as revoluções ocorridas no sertão se constituíram como um contra movimento, em relação a implantação de uma autoridade política e da implantação de uma nova estrutura econômica. Segundo Freyre (2009[1957]), a economia nacional

continuava a ser, até as proximidades do fim do império, um regime de ortodoxa moderação em arrojos agrários, sem iniciativas industriais ou comerciais audaciosas ou grandiosas, ritmo que só seria perturbado pela abolição do trabalho escravo.

Os detentores da ordem privada escravista necessitavam passar por processo de assumir direitos políticos em decorrências de mudanças outorgadas pelo Império, buscavam inserção nas novas instituições do país (ALENCASTRO; RENAUX, 2019). A vida política brasileira no Império e no nascer da República constituía-se de uma construção artificial ou desproporcional às suas reais capacidades estruturais. As formas políticas adotadas, advinham de um esforço por construir uma legislação política previamente ao estabelecimento de uma ordem política e de uma vida pública bem demarcadas, as quais a história e tradição não tiveram tempo de moldar. Com a finalidade da formação de uma imagem nacional e da integração do país, não havia outra escolha senão iniciar através da força, violência e do autoritarismo (DUARTE, 1966).

Com um Estado sem a devida construção política na sociedade, precisava desenvolver nosso governo uma forte e pessoal figura como governante. A formulação de uma nova ordem através da força envolveria a necessidade de uma iniciativa capaz de entrar nos domínios e de dar fim a uma ordem privada dispersa, na figura de múltiplos proprietários de terras, e concentrá-la em um conjunto seletivo de comandantes (DUARTE, 1966).

Como diz Torres (2020[1965]), na segunda metade do século XIX a Guarda Nacional do Império caía em descrédito e em capacidade com a progressiva queda do poder privado a qual era vinculada. Uma nova força surge a fim de entregar alívio às necessidades apresentadas, entre elas a dependência econômica do homem do campo e a necessidade de administrar um novo processo eleitoral, com a expansão do voto. Uma sociedade em que grande parte da população ainda se encontrava sem instrução e a ela era atribuída de função eleitoral e do direito ao voto, deixava em aberto a possibilidade da deturpação desse direito. O coronelismo surge se apropriando do espaço deixado em aberto pelo rompimento do poder privado prévio e sua reestruturação nas novas necessidades do Estado.

Não nos é foco realizar uma análise extensa do coronelismo, no entanto é devido mencioná-lo como elemento fundamental para a transição política a qual nos referimos. Como complementa Torres (2020[1965]), não se pode identificar no coronelismo uma afirmação do poder privado prévio, apesar de possuir suas semelhanças, pois sequer se localiza no mesmo período referente à fase de ouro do privatismo, no início do século XIX. O coronelismo é um sistema que surge para superar, ao final do século, o patriarcalismo que concentrava o poder econômico, social e político através do grupo parental, e delegá-lo ao controle de seletos que

se alçaram à ordem pública. O coronelismo surge e pressupõe a decadência do poder privado colonial, ao mesmo tempo que funcionará como um conservador do conteúdo residual deixado por este.

Como descreve Leal (2012[1948]), o coronelismo resulta de uma superposição de formas do regime representativo em uma estrutura social e econômica inadequada. Não se trata de sobrevivência do poder privado, mas forma peculiar de sua adaptação através dos resíduos de seu exorbitante poder sendo capaz de coexistir com regime político representativo. Como escreve Costa (1999), com a necessidade de uma nova forma de governo, veio a necessidade de controlar o novo eleitorado, modificando a forma de patronagem e clientelismo.

Barros (2016) define o coronelismo por sua característica de “clientelismo”, um conceito dotado de potencial generalizador amplo, dotado de hierarquia e vassalagem, cadeia de deveres recíprocos e laços de fidelidade mantidos por regras e códigos. No entanto, essa generalização a qual clientelismo é adotada, não se espelha de forma recíproca ao coronelismo, que desenvolveu uma forma única de clientelismo no Brasil.

Define Torres (2020[1965]) que o que se denomina “coronelismo” trata-se de uma estrutura política que age através de intermediários, dos chefes de clãs rurais e grandes latifundiários, que assumiram controle da ação política. O coronelismo é, portanto, segundo Leal (2012[1948]), a troca de favores entre o poder público, fortalecido, e a decadência de influência política dos chefes locais, senhores de terras, que remanesce se alimentando do poder público. Mantinha ainda o elemento histórico português de uma sociedade essencialmente municipalista, na qual, com alguns desvios, permanece em sua natureza a deformação das demais ordens frente a ordem privada. A ordem privada, mesmo em declínio, era capaz de deformar a ordem pública e o sistema político representativo brasileiro nascente.

Compreensão desse fenômeno advém do entendimento das transformações da estrutura agrária brasileira, que fornece a sustentação do poder privado que ainda permanece no meio rural do país. As formas como se manifestam as transações entre o poder privado e o público são encontradas no exercício de funções policiais. O coronelismo se apresenta como um mecanismo que impede o isolamento ou a ausência do poder público através de criação de caminho para a incursão do poder privado em nova configuração, no domínio público (TORRES, 2020[1965]).

Diz DaMatta (1995[1983]) que a sociedade brasileira é local de um combate entre o mundo público, local das leis universais e de mercado, frente ao universo privado, caracterizado pela família, parentes e amigos. Somos uma sociedade na qual não se poderia

definir uma única concepção de cidadania para a atuação política ou pública, mas que se apresentam múltiplas. O julgar e condenar pessoa no Brasil sempre envolve não apenas o indivíduo, mas também sua família, parentela e partido ao qual se vincula, não há isolamento da pessoa ou individualização da mesma, o brasileiro permanece comunal, mesmo que esse comunal se trate de seu vínculo familiar.

Ao fim do Império ruíu o patriarcalismo rural e nascia um novo sistema de relações, no qual o trabalhador já não era o escravizado ligado à terra como propriedade. No Nordeste agrário e agroindustrial passava a dominar o assalariamento e se formavam as classes baixas. No Sul o meio rural pastoril de fazendas e estâncias, na dicotomia de classes altas e baixas, proprietários e peões (TORRES, 2020[1965]). A separação da Igreja do Estado era também selada ao início da República, como diz Mattoso (2019). Dessa forma o mundo público, privado e religioso passava a ter delimitações mais claras, embora não estivessem livres de influência uns dos outros, mas se tornavam, ao final do Império, mais claramente delimitados em suas esferas de ação. As forças familiares não seriam mais hostis para com grupos políticos, ao passo que as mais poderosas reivindicam para si a posição de força política (DUARTE, 1966).

Já na chegada do século XX, com o incremento da urbanização e o controle tradicional da elite em divisão interna, declina o sistema da clientela e da patronagem, ao desenvolver em conjunto um sistema competitivo de trabalho. Torna-se difícil aos antigos escravos evitar as novas situações de preconceito, dificuldades de competição por empregos e posições no mercado, sem o amparo do antigo patrão branco (COSTA, 1999).

Como diz Torres (2020[1965]), o processo de formação nacional se dá pela integridade territorial e através de uma centralização de poder, no entanto a nação é antes de tudo um conceito político. Há nações formadas por territórios indivisíveis ou com povos diversos sob disciplina de um poder único. No Brasil, a reunião e subordinação violenta ou fusão pacífica de vários grupos étnicos em um território produziu uma comunidade econômica sob a mesma língua sem ser dotada de espírito político ou nacional. A “política” é resumida a centralização para fins de integridade nacional, construída em esforços de lei antes da construção de fatos para ordem política e vida pública separadas da privada. Como aponta Costa (1999), o sistema de clientelismo e patronagem ainda sobrevive no Brasil posteriormente, quase intactas em algumas regiões ou remodeladas à modernidade.

Em síntese, a ordem privada em solo brasileiro se encontraria ao final do século XIX rompida, após mais de três séculos dominante. Não mais exercia o patriarca tradicional a mesma capacidade de influência, necessitando de alinhamento com o rico comerciante ou

com entidades políticas. A família na passagem ao século XX passa a reorganizar-se ao redor da função procriadora primariamente, não mais seria um corpo produtor de comando e base de toda uma ordem social (DUARTE, 1966). Sem mais o trabalhador escravizado, com a divisão do ambiente doméstico e de trabalho e com um meio público com contornos melhor definidos, a influência do poder privado não mais poderia ocorrer em igualdade ao passado. Ao poder privado restava um deslocamento, adentrar o meio público e adquirir sobrevida, oferecendo a capacidade de influência dos senhores locais sobre populações locais, com a finalidade de constituir uma ordem pública na qual ainda pudesse ser beneficiada.

4 CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho visamos observar o vínculo estabelecido entre a vida econômica brasileira em relação ao universo da vida privada, como as relações econômicas estavam atreladas a vida doméstica brasileira em sua formação no século XIX, assim como resgatar as características dessa relação herdadas do período colonial. A partir do entendimento que a organização do lar foi central para a estrutura econômica brasileira em sua formação. A partir dessa premissa fomos levados a perceber a relação de coexistência entre uma ordem privada e a ordem econômica, suas estruturas eram conjuntas ou estavam condicionadas e dependentes umas das outras.

As atividades de produção econômica se inseriram nos arredores ou mesmo no meio da vida cotidiana, em decorrência da falta de separação desses dois espaços, o doméstico e o laboral. Observamos tanto sua relação no meio rural como no meio urbano, percebendo como essa relação se expressava, mesmo que com suas diferenças, em ambos os casos. A situação rural condicionada pelas grandes propriedades de terra possibilitou a criação de fazendas que concentravam a grosso modo todas as necessidades humanas, educação, religião, lar e produção. Enquanto no meio urbano, melhor constituído no início do século XIX, as residências, por estarem inseridas em menores pedaços de terra, concentravam menos características, no entanto, o doméstico e o trabalho ainda compartilhavam espaço.

Nas fazendas, seja do açúcar até a produção de café, as casas rurais e mais especialmente as Casas Grandes, estavam inseridas como elemento central da administração das plantações, além de seu espaço interno ser transferido pelos deslocamentos de trabalhadores ou mesmo para servir como armazenamento de instrumentos. Ao seu redor as casas de transformação ou as Senzalas que abrigavam a mão de obra escravizada, impedindo o distanciamento dessa do ambiente de trabalho. Uma economia doméstica, capaz de atender todas as necessidades humanas. Plantações que se localizavam diretamente nos arredores das casas, por vezes de frente às cozinhas das residências, sejam em caso de roças ou as vinculadas aos grandes senhores de terras e escravos.

No meio urbano fora identificado como nas moradas, sejam elas pequenas ou nos grandes sobrados, os locais de trabalho comumente se encontravam compartilhando espaço com o ambiente familiar de descanso, ou melhor, estavam ambos inseridos no mesmo ambiente. O local de trabalho não era distante do lar, mas estava no lar, e diferentes tipos de ofícios podem ser destacados. Lojas instaladas no térreo das casas ou ambiente utilizado como depósito para mercadorias dos comerciantes ou então pequenas oficinas de profissionais liberais, geralmente encontrados com seus aprendizes que passavam a viver no convívio da

família de seu mestre. Quando o ambiente não era utilizado pelo proprietário era então alugado a um interessado para que fizesse o uso do espaço, em alguns casos mesmo escravizados alugavam a mando de seus senhores.

A prática do trabalho estava atrelada ao meio privado. A principal mão de obra permanecia sendo ao longo da colônia aos finais do século XIX a mão de obra escrava. Essa relação de trabalho se estabelecia com o vínculo de posse do escravizado em relação a um dono particular, uma posse privada. Esse dono ou então senhor de escravos era o responsável por gerir e delegar os serviços a sua mão de obra ou então alugá-la a um interessado caso não fosse usufruir. Era o senhor de escravo também o patriarca dessa sociedade, o chefe de família que comandava não apenas o escravizado, mas todos em seu lar e dotado da imagem de imposição da submissão aos demais, era uma liderança social de origem privada.

O senhor de escravos representava a figura de liderança em uma sociedade que ainda era desprovida de uma ordem pública plenamente desenvolvida, apesar dos esforços do Império, não fora capaz de construir uma sociedade política. Em período colonial os interesses da Coroa decorriam dos lucros mercantis, a construção de uma sociedade com bases bem definidas ficava em mãos desses senhores de terras e escravos. Apesar de centros administrativos da Coroa, estes não eram capazes de lidar com todas as demandas e por vezes eram controlados juntamente pelos senhores e seus indicados.

Enquanto o escravizado era a base desta sociedade, ainda no Império, entregando sua força de trabalho nas fazendas e nas casas dos senhores ou mesmo alugado a outros, o senhor era o detentor da força de coerção, responsável pelo comando, compunham essas duas figuras antagônicas e complementares ainda a família brasileira oitocentista. O escravizado integrava e satisfazia as necessidades de organização da família, contando ainda com terceiro elemento fundamental a esposa do senhor, que não era apenas figura decorativa. A mulher nos lares era responsável pela administração da casa, do comando dos escravizados domésticos e na realização das tarefas domésticas, juntos a estes, que exigiam conhecimentos técnicos de cozinha e produção de vestimentas para escravizados e residentes, conhecimentos esses mais complexos que o exigido no contexto da plantação.

A família brasileira oitocentista se caracteriza desse modo por ter em sua composição uma explícita função econômica, para além das funções procriadoras e da cooperação doméstica. Estava fundada em interesses econômicos e seu ambiente era penetrado pelo trabalho e pela produção. Os laços familiares definiam as relações econômicas e sociais, eram responsáveis pela base da sociedade. Uma sociedade no qual os vínculos familiares e hierarquias sociais definiam as posições econômicas.

A família possuía, além da função genésica, a função de grupo produtor e de grupo de mando, o trabalho não se expressava longe do lar em decorrência da falta de proletarização, sem o deslocamento a outro ambiente que não fosse relacionado ao doméstico, a escravidão barrava a proletarização e o distanciamento do trabalho do seio doméstico. A família era ainda um negócio aos envolvidos, não devia produzir prejuízos a nenhuma das partes envolvidas, do dote a criação e formação dos filhos, visando atender as necessidades econômicas.

A estrutura social brasileira era no século XIX ainda dominada pelos clãs patriarcais como unidade econômica e política e responsáveis pela servidão do trabalho. Esse controle se expressava tanto nas decisões sobre seus domínios como também se revelava na formação de um meio público ainda incipiente. A unidade familiar era também econômica e política, na qual a escravidão a posse de terras funcionava como seus garantidores. Ao redor da família estavam os meios de produção e a mão de obra escrava, suprimindo assim as necessidades fundamentais da vida. A hierarquia social era primariamente definida pela posse familiar dos escravizados antes mesmo que os luxos per si, por simbolizar não apenas riqueza, mas a submissão e a imposição sobre terceiros.

Os livres, mas que não muito possuíam, tinham suas vidas condicionadas ao redor das casas dos senhores. Os moradores rurais de pequenas fazendas dependiam do maquinário dos grandes senhores, os comerciantes dependiam do interesse dos senhores em seus produtos e se deslocavam a suas residências, sendo recebidos pelas senhoras. Os pequenos proprietários dos escravizados passaram a alugá-los para suprir suas necessidades ou direcionam estes para pequenas atividades.

A partir desses elementos levamos a conclusão de que a organização da vida privada brasileira no século XIX não se condiciona unicamente pela proximidade física do meio doméstico para com o ambiente da produção, mas envolveu ainda a dispersão de força política nas famílias patriarcais, dotadas de força de mando influenciando o desenvolvimento da estrutura pública. A baixa integração do país conduzia a concentração nos arredores ou interior do ambiente doméstico o atendimento de múltiplas necessidades, assim como a utilização da mão de obra escrava e a falta de empresas desvinculadas do seio doméstico barravam a proletarização e o rompimento dessa economia privada.

O rompimento da ordem privada advém da obtenção de uma melhor definida constituição política, da modernização econômica e do enfraquecimento dos senhores, já não mais controladores da mão de obra escravizada e que passam a fornecer suporte a uma nova classe política, utilizando de sua influência constituída historicamente para fornecer apoio aos interesses dos grupos políticos que se vinculam e fornecer ao poder privado sobrevida.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ABREU, Capistrano de. **Capítulos da História Colonial**. Rio de Janeiro: Scielo - Centro Edelstein, 2009.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A Vida Privada e Ordem Privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da Vida Privada no Brasil - volume 2: império: a corte e a modernidade nacional**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da Vida Privada no Brasil - volume 2: império: a corte e a modernidade nacional**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e Vida Doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da Vida Privada no Brasil - volume 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas**. 2. ed. Garibaldi, Rs: Clube Rebouças, 2022.
- ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (org.). **História da Vida Privada: do império romano ao ano mil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009
- ARISTÓTELES. **Econômicos**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2011.
- ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Edipro, 2021. Tradução de: Maria Aparecida de Oliveira Silva.
- BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BARROS, José D'Assunção. **Conceitos: seus usos nas ciências humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- CALMON, Pedro. **História Social do Brasil: espírito da sociedade colonial**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2002.
- CAMPANTE, R. G. **Privatismo**. In: Avitzer, L; Bignotto, N. Guimarães, J; Starling, H.. (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, v. , p. 179-185.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Unesp, 1999.

DUARTE, Nestor. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional**: contribuição à sociologia política brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. (Brasiliense Vol. 172).

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradia nos campos dos goitacases, sécs. xviii e xix. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 107-129, 1993. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (ÁGUIA).
<http://dx.doi.org/10.1590/s0101-47141993000100010>.

FIGUEIREDO, Lucas. **Boaventura!** a corrida do ouro no Brasil (1697-1810). 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semi patriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre. 10. ed. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15. ed. São Paulo: Global, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Vida Social No Brasil Nos Meados do Século XIX**. 4. ed. São Paulo: Global, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Nacional, 1976.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: O Municipalismo e o Regime Representativo no Brasil. 7. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEÃO, Delfim F. Introdução. In: ARISTÓTELES. **Econômicos**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2011. p. VII-XXI. (Aristóteles Obras Completas).

LOPES, Edmundo Correia. **A Escravatura**. 3. ed. Garibaldi, Rs: Clube Rebouças, 2021.

MATTOS, Hebe; RENAUX, Maria Luiza. Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da Vida Privada no Brasil - volume 2**: império: a corte e a modernidade nacional. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. A Opulência na Província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da Vida Privada no Brasil - volume 2:** império: a corte e a modernidade nacional. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e Autoimagem do Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da Vida Privada no Brasil - volume 2:** império: a corte e a modernidade nacional. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MELLO, Evaldo Cabral de; RENAUX, Maria Luiza. O Fim das Casas-Grandes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da Vida Privada no Brasil - volume 2:** império: a corte e a modernidade nacional. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOSSÉ, Claude. Dicionário da Civilização Grega. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004

MOTT, Luiz. Cotidiano e Vivência Religiosa Entre a Capela e o Calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da Vida Privada no Brasil - volume 1:** cotidiano e vida privada na América portuguesa. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

NOVAIS, Fernando A. Introdução. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da Vida Privada no Brasil:** cotidiano e vida privada na América portuguesa. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 5-10.

NOVAIS, Fernando A. Condições da Privacidade na Colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da Vida Privada no Brasil - volume 1:** cotidiano e vida privada na América portuguesa. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

POLANYI, Karl Paul. **A subsistência do homem:** e ensaios correlatos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PRADO JR., Caio. **Evolução Política do Brasil** e outros estudos. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971a.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo:** colônia. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971b.

PRADO JR., Caio. **História e Desenvolvimento:** a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

PRIORE, Mary del. **Histórias da Gente Brasileira - volume 1:** Colônia. São Paulo: Leya, 2016a. (História da gente brasileira).

PRIORE, Mary del. **Histórias da Gente Brasileira - volume 2:** Império. São Paulo: Leya, 2016b. (História da gente brasileira).

PRIORE, Mary del. Ritos da Vida Privada. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da Vida Privada no Brasil - volume 1:** cotidiano e vida privada na América portuguesa. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

SANTOS, Fábio Pádua dos. Capitalismo histórico e formas de sociabilidade: uma hipótese sobre a formação do Brasil contemporâneo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 52, p. 66-95, 10 maio 2019

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

SLENES, Robert W. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da Vida Privada no Brasil - volume 2**: império: a corte e a modernidade nacional. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas Provisórias de Existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da Vida Privada no Brasil - volume 1**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TORRES, João Camillo de Oliveira. **Estratificação Social no Brasil**. Brasília: Edições Câmara, 2018.

VAINFAS, Ronaldo. Moralidades Brasília: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da Vida Privada no Brasil - volume 1**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**: populações rurais do centro-sul. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se Fala e o que se Lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da Vida Privada no Brasil - volume 1**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundo Moderno**: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Edições Afrontamento, 1990.